

Confira!

Coluna Sindicatos | página 44
Agenda de Eventos | página 54



Fenavist pede apoio do presidente do Senado para aprovar Estatuto da Segurança Privada

Página 20

CONTRASP passa a
integrar a campanha
"Segurança sem
Preconceito

Página 14

Entrevista:
Rodrigo de Lucca Jardim,
Coordenador-Geral de Controle
de Serviços e de Produtos da
Polícia Federal

Página 22

Inasep visitará
estados a partir
de 2023

Página 32



Negócios em **Segurança Integrada**

Uma **nova ISC** está sendo construída com **foco na geração de negócios.**

- Força em **trazer visitantes qualificados/compradores**
- Reuniões de negócios personalizadas **One to One**
- **Verticalização** de conteúdo
- Keynotes Speakers no **Congresso de 2023**

Sucesso em números
da última edição:



18 mil visitantes



+ de 100 reuniões
feitas na Rodada
de Negócio

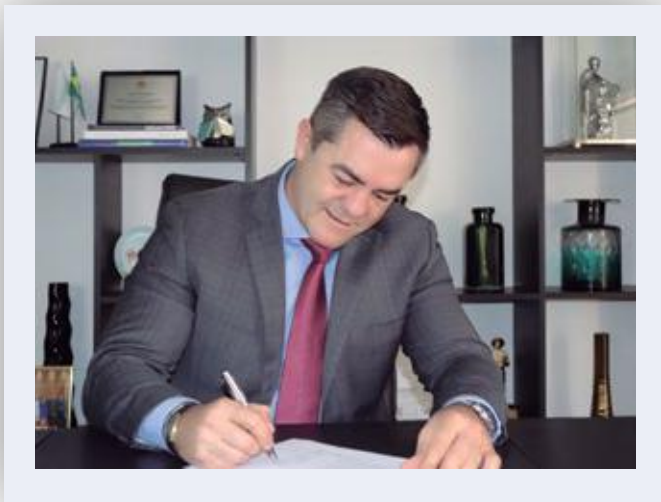


120 marcas expositoras

ISC Brasil 2023
De 19 a 21 de setembro
Expo Center Norte
São Paulo



Saiba mais e entre
em contato com
a nossa equipe
comercial



Sobreviventes

Enfrentamos há, pelo menos, sete anos sucessivas crises econômicas e instabilidade política no Brasil. Nos últimos três anos tivemos que lidar com uma pandemia mundial. E, em 2022, ainda vimos o início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Tudo isso nos coloca em um cenário quase apocalíptico.

Sei que tem sido difícil para todos passar por essas situações. Nosso segmento vem perdendo postos de trabalho sistematicamente. Contratantes que só visam a preço baixo em detrimento da qualidade dos serviços, e empresas irregulares e clandestinas só pioram as condições de trabalho das nossas empresas.

É sempre preciso enxergar, porém, além dessa muralha de adversidades. E uma coisa é bem clara para mim: somos sobreviventes.

Em meio a todos os problemas, chegamos ao final de mais um ano juntos, firmes no propósito de defender a segurança privada, garantir a continuidade das nossas empresas, manter os mais de 500 mil empregos diretos gerados pela atividade.

Estarmos de pé, mesmo diante todas as adversidades, isso só mostra o quanto somos fortes. É o resultado dos “calos” ganhos ao longo dos anos de batalhas em prol da segurança privada.

Seguimos até aqui, portanto, não é hora de esmorecer. Um novo ano sempre reacende as esperanças.

O Estatuto da Segurança Privada continua a ser nossa prioridade máxima. Apoios recebidos nos últimos meses podem ser o empurrão que faltava para, finalmente, conseguirmos a nossa nova legislação. Obviamente, o Estatuto não trará soluções para todos os problemas, mas nos dará ferramentas e condição de igualdade de enfrentá-los.

Continuaremos lutando.

Um Feliz Natal e um excelente 2023 a todos!

Jeferson Nazário
Presidente da Fenavist



Presidente

Jeferson Furlan Nazário

Vice-Presidente

Flávio Sandrini Baptista

Vice-Presidentes

Alessandro Abrahão Netto de Jesus, Alex Bortoletti, Alipio José Castelo Branco Junior, Amilto José do Pilar, Andrea Carla Gomes Ferreira, Angelo Roberto Jacomini, Autair Iuga, Avelino Lombardi, Carlos Anselmo de Sousa, Dilmo Wanderley Berger, Edimar Barbosa, Edmilson Pereira, Edson Pinto Neto, Francisco de Assis Bezerra da Fonseca, Jacymar Daffini Dalcami, Jerfferson Simões, João Eliezer Palhuca, Joseph Ribamar Madeira, Luis Fernando Azevedo da Silva, Luis Gustavo Silva Barra, Marcelo Baptista de Oliveira, Marcelo Roberto Bianchin, Marcelo Rucker, Marco Antonio Lopes, Odair de Jesus Conceição, Paulo César Braga Icó da Silva, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Rafael Mendes Alcântara, Silvio Renato Pires, Urubatan Estevam Romero, Washington Umberto Cinel.

Vice-Presidentes Adjuntos

Alberto Mario Alves Fonseca, Aldair Neves Pinto Junior, Alexandre Tavares de Melo, Amauri de Oliveira Soares, Ari Favero Dal Bem, Carllins Ferraz dos Santos, Carlos Gualter Gonçalves de Lucena, Eveline Gurgel Monteiro, Fabiano Barreira da Ponte, Fernando Henrique Ribas, Flávio Eduardo de Patrício Ribeiro Junior, Francisco de Assis Bezerra da Fonseca, Gilberto Perera, João José Andrade de Almeida, José Evaldo Vieira, Lauro Santana, Marcus Vinícius Castro do Nascimento, Marestela Loss, Maurice Braunstein, Mirian Salete Bazote, Orlando Braga de Almeida, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Paulo Gonçalves da Silva, Percival Aracema, Sandro Ataíde Moura, Sandro Maurício Smaniotto, Tatiana Pereira Chelest Miras Diniz, Teila Rocha da Silva Pelanda, Waldemar Pellegrino Junior.

Vice-Presidentes Regionais

Agostinho Rocha Gomes, Alfredo Vieira Ibiapina, Frederico Crim Camara, Ivan Hermano Filho, José Pacheco Ferreira.

Vice-Presidentes Regionais Adjuntos

Francisco de Assis Bezerra da Fonseca, Paulo Roberto da Cruz Azevedo.

Conselho Fiscal

Cledemar Antonio Mazzochin, Denilson Colodetti Pinheiro, Einaldo de Oliveira Silva, Halano Soares Cunha, José Jacobson Neto, Leonardo Vieira.

Delegados Representantes

Ivan Hermano Filho, Jacymar Daffini Dalcami, Jeferson Furlan Nazário, Odair de Jesus Conceição.

Conselheiros Sesc/Senac

Jerfferson Simões, Lélío Vieira Carneiro, Sidney Tinoco, Urubatan Estevan Romero.

Conselho de Ex-Presidentes

Eunício Lopes de Oliveira, Lélío Vieira Carneiro, Cláudio Neves, Jerfferson Simões, Odair Conceição.

Superintendente

Ana Paula Queiroga

Jornalista Responsável

Luís Evangelista – DF 7273
ascom@fenavist.org.br

REDAÇÃO E EDIÇÃO

Ascom/Fenavist

REVISÃO

Fátima Loppi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Lígia Uchôa

IMPRESSÃO E TIRAGEM

Gráfica Athalaia - 2.500 exemplares

Entre em contato para fazer parte das nossas publicações.
ascom@fenavist.org.br
55 61 3327-5440

Fenavist

Ed Prime – SBS Qd 2 – Lote 15 – Bl. E – 16º andar
Salas 1.601/1.602 – CEP: 70070-120
Brasília-DF – Brasil Tel: 55 61 3327-5440
www.fenavist.org.br
fenavist@fenavist.org.br

A REVISTA FENAVIST SEGUE AS NOVAS NORMAS DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA.

6 ISC Brasil supera expectativa e gera R\$ 1,6 bilhão de oportunidades de negócio para o setor de segurança integrada

8 PF realiza fiscalização nacional para combater empresas clandestinas na Segurança Privada

9 Cade arquiva investigações sobre setor de transporte de valores

10 Artigo: Segurança Global, mais do que um conceito

13 Diversidade Empresarial é destaque em Santa Catarina

14 CONTRASP passa a integrar a campanha "Segurança sem Preconceito"

16 Artigo: Composição do novo Congresso Nacional 2023

19 Sindesp-PR: 2022, o ano da retomada

22 Entrevista: Rodrigo de Lucca Jardim, Coordenador-Geral de Controle de Serviços e de Produtos da Polícia Federal

25 Diretoria da Fenavist encerra 2022 com reunião e jantar de confraternização

30 Artigo: Fábulas

32 Inasep visitará estados a partir de 2023

34 Artigo: Feliz Ano-Novo!

36 Coluna Informação segura

38 Artigo: A nova instrução normativa da receita (31/10/2022) e seus efeitos para a inserção das empresas de segurança no PERSE

40 37º GEASSEG foi realizado na Bahia

42 Coluna Fenavist

44 Coluna Sindicatos

46 Lista Sindicatos

48 Trajetória Segura

51 Segurança Inteligente

52 Coluna Gente

54 Agenda



ISC Brasil supera expectativa e gera R\$ 1,6 bilhão de oportunidades de negócio para o setor de segurança integrada

Evento que conta com o apoio oficial da Fenavist voltou a ser realizado presencialmente

Após dois anos de paralisação por conta da pandemia de covid-19, a ISC Brasil voltou a ser realizada presencialmente, nos últimos dias 21, 22 e 23 de setembro, no Expo Center Norte, em São Paulo. Principal evento do setor de segurança integrada no País, a Feira conta com o apoio oficial da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist).

Na cerimônia de abertura, o presidente da Federação, Jeferson Nazário, lamentou todas as vidas perdidas em virtude da doença. Também lembrou do impacto na economia e destacou a importância da feira para a retomada do crescimento do setor.

“Nosso setor sofreu muito. Nos últimos dois anos, perdemos 30 mil postos de trabalho. Isso é muito pesado para a economia do setor de segurança privada. A feira ISC vem como um alento para nós, para que possamos realmente gerar negócios, aprender mais, trocar tecnologia, inteligência da segurança, não só privada, mas da pública que nos ensina muito, nós somos uma força que é complementar à segurança pública”, afirmou Nazário.

O presidente da Fenavist também agradeceu todo o apoio que a Federação tem recebido ao longo da parceria com a ISC do Gerente de Produtos da Feira, Thiago Pavani.

“Eu não posso esquecer de quem nos trouxe até aqui, que foi o Thiago. Muito obrigado, Thiago, por ter dado essa oportunidade à segurança privada de hoje estarmos juntos, parceiros da ISC, um casamento que será duradouro.”

A ISC Brasil 2022 contou com a participação de 120 expositores que ocupam 100% da área de exposição e apresenta um fluxo de público especializado superior a 10% em relação à edição de 2019. Organizada pela RX, a versão brasileira da ISC, marca líder em eventos de Segurança nas Américas, com edições anuais nos Estados Unidos e outra no México, também gerou cerca de R\$ 1,6 bilhão de oportunidades de negócios, com base nos dados colhidos dos visitantes.

De acordo com Luiz Bellini, diretor de portfólio da RX, a ISC Brasil superou todas as expectativas dos organizadores. “Obtivemos marcas impressionantes em comparação à última edição em 2019. A primeira foi o aumento direto do fluxo de visitantes, dos quais apuramos que 70% entraram no evento com poder de decisão para efetivação de negócios. Em seguida, apuramos um crescimento de 58% na geração de leads. Como também realizamos um mapeamento de valores com cada um desses visitantes, chegamos à cifra de R\$ 1,6 bi de potencial na geração de novas vendas”, explicou. “Além desse volume, registramos um valor efetivo de R\$ 250 milhões gerados nas rodadas de negócios agendadas pela nossa equipe.”

A feira ofereceu uma oportunidade única de networking com gestores de segurança e usuários finais de mais de 20 verticais da economia, em meio a integradores, fornecedores de serviços de Segurança, fabricantes de novas tecnologias, distribuidores e líderes do governo em um ambiente propício a negócios e relacionamento.

Na área de exposição, foram vistas novidades de produtos e fabricantes de câmeras de videomoni-



toramento, vigilância por vídeo, controle de acesso, biometria, portaria remota, drones, inteligência artificial e IoT. Mais: serviços de vigilância, facilities, escolta, sistemas perimetrais, sistemas de alarme, rastreadores, proteção contra incêndio, robótica até a integração da tecnologia para segurança pública, patrimonial e privada são outros ingredientes a serem exibidos para um público altamente qualificado.

Estande Fenavist/SESVESP

A Fenavist e o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (SESVESP) repetiram a tradicional parceria e também tiveram um estande na ISC Brasil. Com uma localização privilegiada dentro do Expo Center Norte, o local mais uma vez foi o ponto de encontro dos empresários de todo o País.

Segurança Privada Legal e Antirracista

No dia 22, pela manhã, aconteceu o seminário Segurança Privada Legal e Antirracista, em celebração ao projeto Segurança Sem Preconceito, com a participação de grandes nomes da segurança privada e órgãos públicos.

O evento fez parte da programação oficial da ISC Brasil 2022.

Organizado em parceria entre a Universidade Zumbi dos Palmares, Fenavist, ABCFAV e ISC Brasil, o objetivo foi apresentar estratégias da segurança a favor da legalidade e contra o racismo, planejar e desenhar uma segurança moderna, de atuação empresarial, comprometida com o respeito aos Direitos Humanos e Direitos Fundamentais. Profissionais de entidades proeminentes da Segurança e da Justiça apresentaram ideias e indicadores importantes para pensar a segurança legal e antirracista do futuro no Brasil.

Parceria continuará em 2023

O vice-presidente para Assuntos Financeiros da Fenavist, Urubatan Romero, e a superintendente da Federação, Ana Paula Queiroga, participaram no dia 9 de novembro, em São Paulo, de uma reunião de avaliação da edição de 2022 da ISC Brasil.

Na oportunidade, os representantes da Fenavist renovaram a parceria entre a entidade e a Feira para o próximo ano.

Em 2023, a ISC Brasil será realizada entre os dias 19 e 21 de setembro.

Para mais informações, acesse <https://www.iscbrasil>.

PF realiza fiscalização nacional para combater empresas clandestinas na segurança privada

Mais de 400 estabelecimentos foram fiscalizados em todo o País

A Polícia Federal deflagrou, no dia primeiro de dezembro, em todo o País, a Operação Segurança Legal VI, com o objetivo de realizar o combate a empresas clandestinas de segurança privada. Cerca de 460 policiais federais fiscalizaram, nesta data, mais de 400 estabelecimentos, entre casas noturnas, comércios, condomínios e outros, para encerrar a atividade de empresas que executam segurança privada sem autorização da Polícia Federal.

Durante a operação, fiscalizaram-se 451 alvos, com 141 autos de encerramento de atividade não autorizada (clandestina) lavrados, 16 autos de constatação de infração e 15 autos de arrecadação. Além disso, três armas foram apreendidas.



A Operação Segurança Legal ocorre desde 2017, em âmbito nacional. Nas ações anteriores, os agentes fiscalizaram 1.956 empresas, e 663 empresas clandestinas tiveram suas atividades encerradas pela Polícia Federal.

A contratação de serviços clandestinos de segurança privada coloca em risco a integridade física de pessoas e o patrimônio dos contratantes, já que os “seguranças” clandestinos não se submetem ao controle da Polícia Federal quanto a antecedentes criminais, formação, aptidão física e psicológica.

Além disso, as empresas clandestinas não observam os requisitos mínimos de funcionamento previstos na legislação. No Brasil, somente empresas de segurança privada autorizadas pela Polícia Federal podem prestar serviços e contratar vigilantes.

(Fonte: Polícia Federal)



Cade arquiva investigações sobre setor de transporte de valores

Conselho Administrativo de Defesa Econômica descartou a existência de conduta concentrada de empresas de transporte de valores

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) arquivou o Processo nº 08700.006327/2020-61 por falta de indícios de infração à ordem econômica, ou seja, não se pôde prosseguir com a investigação por não haver prova material. A investigação foi aberta por meio de uma representação da Procuradoria Federal Especializada do Cade em dezembro de 2020, que apontou indícios de conduta concentrada de empresas de transporte de valores. Também foram representadas as entidades Fenaval e Fenavist.

Na nota técnica que embasou o arquivamento, destacam-se os seguintes pontos:

1. a) Quanto ao mérito do processo:

“13. Não há lastro probatório, portanto, para concluir pela ocorrência de cartel uma vez que não se vislumbra possível inferir prova material de comunicação entre as empresas denunciadas no caso em tela a partir da semelhança de taxas e expressões, ou mesmo da simultaneidade dos reajustes.

18. Diante dos argumentos trazidos pela denúncia e com base na jurisprudência do Cade, não restou provado que houve concertação entre os agentes denunciados com base no conjunto probatório apresentado. Da mesma forma, não há elementos suficientes para reconhecer a existência de sham litigation na conduta denunciada”.

1. b) Quanto à atuação da Fenavist no Poder Legislativo:

“16. Da mesma forma, não é possível reconhecer o abuso do direito de peticionar, pois não restou patente o ingresso de causas administrativas e judiciais sem qualquer lastro jurídico em seus pedidos. Há sim, nesses processos, matéria de fundo concorrencial, mas que deverá ter seu mérito discutido em juízo. Não é possível atestar que as concorrentes e suas associações tenham ingressado com as ações mesmo com a expectativa remota de provimento de seus pedidos.

17. Por fim, ainda sobre o tema do abuso do direito de peticionar, conforme já exposto na Nota Técnica nº 9 / 2021 CGAA9 (SEI 0993920), não parece se enquadrar nas atribuições do Cade punir, sob o enquadramento de conduta anticoncorrencial, empresas ou associações pelo patrocínio de proposições legislativas perante o Congresso Nacional. Vale ressaltar que o Cade enviou posicionamento, em sede de advocacy, e com a finalidade de subsidiar as discussões sobre o projeto de lei no Congresso, expressando a preocupação com os efeitos anticompetitivos de alguns dispositivos legais discutidos. Salvo melhor juízo, é o instrumento mais adequado para o caso”.

SEGURANÇA GLOBAL, mais do que um conceito

Neste mundo global de desafios coletivos e futuro incerto, o desenvolvimento deste conceito amplo que é a segurança global que definirá o presente e o futuro do mundo nos ajudará a compreender as novas dinâmicas sociais, econômicas, energéticas e tecnológicas.

As ameaças hoje vêm em muitas dimensões e formas em áreas como instabilidade geopolítica, crime e terrorismo, desastres naturais e, mais recentemente, pandemias globais.

Nesse sentido, a pandemia do COVID-19 destacou a importância de um planejamento eficaz que permita a continuidade dos negócios e a estabilidade social.

A atual pandemia é um desafio e uma oportunidade. Como um desafio, traz agitação, sofrimento, perdas econômicas e, tragicamente, baixas huma-



Manuel Sánchez Gómez-Merelo

Vice-Presidente para assuntos da segurança privada
na Europa da World Security Federation-WSF
Consultor Internacional de Segurança

nas, o que exige ajustes de curto e longo prazo. Como oportunidade, oferece a toda a sociedade a chance de refletir sobre segurança global, novas soluções, formas de comportamento e modernização das organizações públicas e privadas.

Devemos estar cientes de que no mundo de hoje estão ocorrendo mudanças profundas, não eventuais, e que é preciso contribuir de forma mais efetiva e realista para melhorar a segurança global. Diante dessa perspectiva de segurança, temos que ajudar instituições e organizações a redesenhar novas estratégias no mundo globalizado.

Para isso, devemos estudar as grandes tendências que vivemos, definir os novos riscos econômicos, políticos e sociais que nos ameaçam e delinear um cenário em que um modelo global de governança e segurança seja capaz de responder aos novos desafios coletivos que se apresentam.

Como definição, temos que entender o atual ecossistema de segurança global e realizar uma análise aprofundada de suas falhas e dos desafios mais importantes que enfrentamos; analisar o impacto e as mudanças na política e na economia nessa matéria e nas organizações e instituições; identificar as grandes tendências. Em particular, no que diz respeito aos riscos em infraestruturas críticas, devemos analisar o seu possível impacto e reestudar as complexidades da tomada de decisões e lideran-



ça global de segurança como uma tarefa essencial para um futuro esperado de segurança.

Em última análise, a abordagem segurança global oferece uma oportunidade para refletir sobre o modo de planejar e melhorar as ações, evitando, assim, erros e falhas do passado, especialmente nestes tempos de transformação digital, convergência e novas regulamentações.

Segurança global, abrangente e integrada

A segurança global é um dos pilares fundamentais sobre os quais as organizações devem-se assentar, devendo ser entendida como um objetivo abrangente e integrado cuja finalidade é a proteção de pessoas e bens ou ativos, e interesses e objetivos estratégicos, tanto na sua organização vertical quanto na sua dimensão transversal.

O contexto em que se insere e a importância que a segurança global assumiu e assumirá exigem novos tipos de análise e conhecimento multidisciplinar das soluções a aplicar.

Só a segurança integral e integrada garante uma proteção eficaz contra as ameaças globais e supõe uma aplicação global da segurança, que tenha em conta os aspetos humanos, jurídicos, sociais, económicos e técnicos de todos os riscos e ameaças que possam afetar as pessoas e os bens que fazem parte da atividade de uma organização.

A segurança integral engloba não só a segurança física e operacional, mas também a segurança lógica e cibersegurança, segurança informática, segurança de redes, continuidade de funcionamento, prevenção de fraudes, bem como qualquer outra área ou função relevante cujo objetivo seja a proteção contra potenciais danos ou eventuais perdas.

Quando falamos de segurança integral e integrada, estamos nos referindo a um sistema global e ativo caracterizado pelo estabelecimento de níveis adequados de prevenção e proteção. Para atingir esse objetivo, é necessário implementar estratégias

e um sistema de gestão que permitam prevenir e controlar riscos e ameaças a que as organizações estão expostas.

Para isso, devemos definir políticas de segurança, criar uma cultura de segurança abrangente, estabelecer mecanismos de controle e gerenciamento da segurança física e lógica, monitorar o sistema de segurança e medir a resiliência.

Em suma, trata-se de realizar uma gestão global de riscos e segurança, princípio que deve ser estendido a todos os níveis das organizações, em que os responsáveis pela análise e gestão dos riscos e vulnerabilidades das suas diferentes áreas não podem executar o seu trabalho de forma isolada. Ao contrário, devem atuar de forma coordenada, utilizando uma metodologia comum, sob uma única direção, que garanta sua gestão globalmente, em benefício da segurança da infraestrutura ou organização.

Para isso, toda organização hoje, pequena, média ou grande, precisa entender os riscos que podem impactar a continuidade de sua operação e, consequentemente, estabelecer uma estratégia adequada para mitigá-los e operar em um nível aceitável ou adequado à sua realidade e à atividade que desenvolve.

Novos desafios e segurança global

Os desafios sugeridos pelo novo contexto global de riscos e ameaças exigem soluções de segurança inovadoras que incorporem a tecnologia como base da estratégia de segurança necessária para operar nas organizações e na sociedade.

Para atender a esses objetivos, a liderança ou direção de segurança deve contar com gerentes, supervisores e operadores que atuem de acordo com diretrizes, regras, procedimentos e slogans estabelecidos pela direção-geral.

A liderança em segurança abrangente e integrada deve ser exercida por meio de práticas de gestão

que tenham como foco a segurança como valor fundamental da organização.

A implementação de meios adequados para promover a participação de todos os operadores e a implementação de sistemas que garantam a aplicação de regras e procedimentos devem ser um passo prévio para a estratégia de concretização desses objetivos.

Da mesma forma, temos que mudar o nome dos departamentos de segurança tradicionais para departamentos de “segurança global”, o que significa que a gestão dos sistemas de controle e vigilância é uma tarefa transversal, pois a missão fundamental é garantir a proteção da organização e seu escopo de atuação e dotá-la de estabilidade para que alcance seus objetivos.

Conseqüentemente, é necessário estabelecer novos e eficazes programas de formação especializada para diretores de segurança no campo da inteligência e segurança global, pois é preciso evitar o que acontece atualmente, em muitos casos, eles assumirem a nova responsabilidade sem saber exatamente as implicações disso e as novas tarefas que isso implica.

Em suma, a segurança global deve ser encarada como um “fractal”: um serviço integrado autoprotetido em que o conhecimento da atividade e do ambiente, o fator humano, os procedimentos e a segurança física e lógica integram um bom sistema arborizado, essencial para a geração dessa cultura de segurança (prevenção + proteção) que acreditamos ser necessária em todos os níveis da organização.

Por último, é preciso ter em conta a importância do conceito de segurança global no domínio das infraestruturas críticas e estratégicas. Para uma política adequada de proteção, devem ser levados em consideração os seguintes aspectos fundamentais: a

“temos de interiorizar que a segurança global é muito mais do que um conceito e, conseqüentemente, devemos agir o mais rapidamente possível”



proteção dos serviços essenciais; a gestão estratégica de segurança alinhada com a política de riscos; a estrutura organizacional e as responsabilidades em termos de segurança integral; a responsabilidade, o empenho e a participação de todos os colaboradores; a formação especializada e sensibilização dos recursos humanos afetos à prevenção e à proteção; o desenvolvimento e a gestão de capacidades de prevenção, detecção, proteção, resposta, resiliência e recuperação; a colaboração com as forças e os órgãos de segurança; a conformidade regulatória e aplicação de boas práticas; e a melhoria contínua dos processos de segurança implementados.

Por tudo isso, e com isso, temos de interiorizar que a segurança global é muito mais do que um conceito e, conseqüentemente, devemos agir o mais rapidamente possível.

Diversidade Empresarial é destaque em Santa Catarina

Projeto do Sindesp-SC e ICAEPS faz parte da iniciativa “Segurança sem Preconceito”

Com a missão de aplicar políticas de inclusão no setor de segurança privada, parceiros e comunidade em geral, o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Santa Catarina (Sindesp-SC), em parceria com o ICAEPS, elaborou o projeto Diversidade Empresarial, Gestão e Cultura Organizacional.

Com o Diversidade Empresarial, o Sindesp-SC passou a apresentar recursos que podem ajudar as empresas a adotar novas formas de pensar e criar equipes mais coesas, treinadas para apoiar o crescimento, a inovação e a mudança. A meta é o empoderamento e a promoção da inclusão social, econômica e política de todos, independentemente de idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

O projeto faz parte da iniciativa “Segurança sem Preconceito”, da Fenavist, que carrega a vontade de



setor de segurança privada de contribuir para um Brasil melhor, mais justo e igualitário.

Na prática promoveram-se palestras, podcasts e debates sobre diversidade, a criação de um calendário específico das datas relevantes para o tema, a formalização da comissão da diversidade do Sindesp-SC, além da criação de conteúdo para site e redes sociais.

Entre os destaques do Diversidade, esteve o lançamento do Podcast “Diversidade Empresarial”, em parceria com a Diva Inclusive Solutions, o primeiro produto do gênero a ser desenvolvido pelo Sindesp-SC.

A ideia do programa é debater temas ligados à diversidade e à inclusão com base no universo dos profissionais de segurança privada. O intuito é ressaltar os desafios, as necessidades, os perigos e as oportunidades que se apresentam na área da segurança, levando em conta os debates sobre diversidade.

Os episódios do Podcast estão disponibilizados no YouTube e Spotify.

CONTRASP passa a integrar a campanha “Segurança sem Preconceito”

Confederação que representa os trabalhadores passa a atuar junto com a Fenavist e a ABCFAV em ações de combate a qualquer tipo de discriminação

A campanha “Segurança sem Preconceito” acaba de ganhar um reforço de peso. A Confederação Nacional dos Trabalhadores de Segurança Privada (CONTRASP) aderiu ao projeto desenvolvido pela Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e pela Associação Brasileira de Cursos e Aperfeiçoamento de Vigilantes (ABCFAV), em parceria com a Universidade Zumbi dos Palmares. Os detalhes da parceria foram consolidados em uma agenda entre o presidente da Fenavist, Jeferson Nazário, a superintendente da Fenavist, Ana Paula Queiroga, e representantes da CONTRASP.

A chancela da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Segurança Privada mostra a importância da campanha, que foi desenvolvida em bases sólidas de modo que se consolide a atividade como uma das grandes forças no combate ao preconceito no Brasil. A CONTRASP atua junto com os mais de 500 mil vigilantes que trabalham nas empresas formais de todo o País.

O apoio da CONTRASP será mais um facilitador para que a Cartilha “Segurança sem Preconceito” chegue às empresas e aos trabalhadores. A publicação apresenta informações didáticas sobre temas ligados à discriminação.

A cartilha tem o efeito de uma rede que espalha conhecimento e planta a semente da mudança não apenas nos trabalhadores, mas nas famílias dos profissionais e na comunidade em que estão inseridos. O texto também deixa claro ao leitor, que muitas vezes já foi alvo de discriminação pela cor, pela opção sexual e até pela questão financeira, quais são os seus direitos.



Selo

"Segurança sem Preconceito"

A campanha também conta com o selo de qualidade **Segurança sem Preconceito**, lançado junto com a cartilha em novembro de 2021. A certificação é concedida aos sindicatos e a empresas que atendem aos requisitos que comprovem o compromisso e a atuação profissional no processo de inclusão e fim da discriminação. Ao mesmo tempo, o selo incentiva e serve de exemplo a outros atores do segmento da segurança privada.

Até o final de novembro, 12 sindicatos e 42 empresas foram certificadas. E esse número deve crescer até o final de 2022, já que existem outros pedidos em análise.

Para mais informações sobre o selo e a cartilha "Segurança Sem Preconceito", acesse o site da Fenavist www.fenavist.org.br ou envie um e-mail para fenavist@fenavist.org.br.

Os interessados também podem entrar em contato pelo telefone 61 3327-5440.

**Cléria Santos**

Economista e consultora parlamentar da Fenavist

Composição do novo Congresso Nacional 2023



Concluído o processo eleitoral 2022, as urnas consagraram vencedor o ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, como presidente da República para os próximos quatro anos, juntamente com o seu vice, Geraldo Alckmin. Constatada como a eleição presidencial mais dura da história, de forma inédita foi eleito um ex-presidente disputando com um presidente no cargo. Em princípio, no que diz respeito à classe produtiva do País, esse resultado pode ser preocupante, haja vista a conhecida política do partido do presidente eleito, em defesa de ampliar direitos trabalhistas, ou seja, defender a classe trabalhadora. Aos empresários fica a incerteza sobre o futuro da economia e o modo como será implementado o programa de governo do próximo governante. Mas, como é evidente, nenhum governo ou governante, desde a redemocratização, conseguiu governar sem o devido entendimento com os outros poderes, principalmente com o Legislativo.

É fundamental para o Poder Executivo montar a sua base de apoio com a maioria nas duas Casas do Congresso Nacional. Portanto, o novo governo deverá compor com os outros partidos políticos, mesmo aqueles que não o apoiaram, para que seja possível garantir a governabilidade com a devida colaboração do Congresso Nacional. No quadro geral do Congresso Nacional para 2023, com o resultado da eleição, tem-se o que se poderia chamar de uma maioria oposicionista, com o partido do atual presidente Jair Bolsonaro, o PL, com a maior Bancada na Câmara e no Senado. Dos 513 deputados eleitos para 2023, mais de 50% (273) integram o Centrão, aqueles filiados a partidos de centro-direita, enquanto o PT e os demais partidos de esquerda só conseguiram eleger 138 deputados federais. O PL elegeu a maior bancada, com 99 deputados federais, seguido pelo PT com 68 deputados, e ainda o União Brasil como a terceira bancada, com 59 deputados.

Câmara dos Deputados

A nova legislatura que se inicia em 1º de fevereiro de 2023 terá representantes de 23 partidos, menor número desde 2018, quando foram eleitos representantes de 30 legendas. A renovação trazida das urnas foi de 44,24%, a segunda menor desde 1988, com a reeleição de 294 deputados. Outros 202 são estreantes, e 17 já foram deputados em outras legislaturas. Claramente observa-se que, com o desenho das bancadas, o grupo de centro-direita, que apoia o atual presidente, formado por PL, PP, Republicanos, União Brasil, PTB e Novo, somam 250 cadeiras na Câmara, cerca de 49%. Os que se declaram independentes, formados por PSD, MDB, PSDB/Cidadania, Podemos, Patriota e PSC somam 124 deputados, e o bloco que apoia o presidente eleito, composto da Federação PT/PcdoB/PV com 80; o PSB com 14; PDT com 17; a coligação Psol/Rede com 14; Avante com 7; Solidariedade com 4; e Pros com 3 somam juntos 139 deputados federais. Com essa composição, em princípio, o novo governo depende de muita habilidade e articulação para formar uma base de apoio consistente na Câmara dos Deputados.

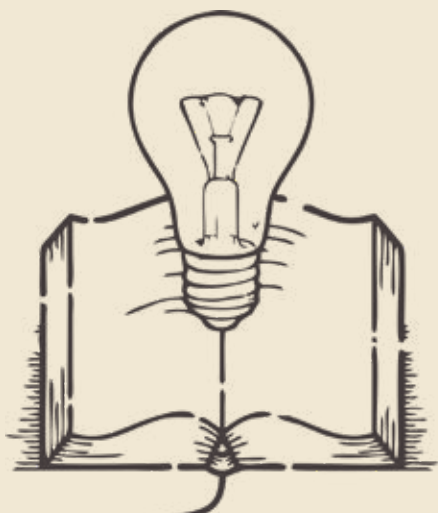
Se, entretanto, se voltarmos ao pleito anterior, em 2018, quando foi eleito o presidente Jair Bolsonaro, apesar da onda “bolsonarista” que se instalou no País, com a eleição de 52 deputados federais pelo seu então partido, o PSL, a maior bancada ficou com o PT, que elegeu 56 deputados federais. A base fiel ao presidente Bolsonaro consistia em 222 deputados e 23 senadores, com uma oposição declarada de 149 deputados. Com essa base, seria difícil aprovar qualquer proposta de emenda constitucional com apoio mínimo de três quintos dos parlamentares (308 dos 513 deputados e 49 dos 81 senadores), até mesmo um Projeto de Lei Complementar, que exige maioria de 257 votos. Foi preciso grande articulação com o Congresso Nacional para a aprovação da PEC da Previdência, encaminhada pelo Poder Executivo em fevereiro de 2019 e promulgada em novembro do mesmo ano.

“

A renovação trazida das urnas foi de 44,24%, a segunda menor desde 1988, com a reeleição de 294 deputados. Outros 202 são estreantes, e 17 já foram deputados em outras legislaturas

”





“ A promessa do presidente eleito na campanha, de aumentar de R\$ 405,00 para R\$ 600,00, não encontra previsão no orçamento de 2023 enviado pelo atual governo ”



Senado Federal

No Senado Federal esse quadro “oposicionista” se repete. O PL, partido do presidente Bolsonaro, elegeu oito senadores e será o maior no Senado, com um total de 14 senadores, seguido pelo PSD, com 11; por MDB e União Brasil, com 10 senadores cada; PT, com 9; PP, com 6; Podemos, com 6; PSDB, com 4; PDT, com 3; Republicanos, com 3; PSB, Rede, Pros, Cidadania e PSC, com 1 senador cada. A taxa de reeleição para o Senado foi de apenas 38,5%. Apenas cinco dos 13 senadores que disputaram a reeleição conseguiram se eleger. Dos vinte e dois novos senadores eleitos, muitos já haviam sido parlamentares em outras legislaturas, como deputados federais, estaduais ou senadores. Outros já foram governadores ou ex-ministros de Estado. Apesar da aparente “oposição” ao próximo governo, ainda é cedo para determinar se o presidente eleito conseguirá formar uma maioria confortável no Senado em função da neutralidade de 16 senadores observada quando do segundo turno das eleições presidenciais.

Neste contexto, todas as atenções estão voltadas para a equipe de transição do novo governo, que busca aprovar ainda este ano a PEC da Transição, com o fim de garantir que as despesas com o futuro Bolsa Família fiquem de fora do teto de gastos pelos próximos quatro anos. A promessa do presidente eleito na campanha, de aumentar de R\$ 405,00 para R\$ 600,00, não encontra previsão no orçamento de 2023 enviado pelo atual governo. Com prazo exíguo no Congresso, menos de 30 dias para o recesso parlamentar e o fim da legislatura, o novo governo já faz concessões para a aprovação. Por sua vez, o Congresso Nacional trata de articular a sucessão para a presidência das duas Casas. Os atuais presidentes buscam a reeleição por mais dois anos. As chances são boas, principalmente na Câmara, com o apoio do PT, mas as negociações no Senado passam pelo PL, partido do atual presidente, que poderá lançar candidato, e que tem a maior bancada na Casa. É esperar para ver.



O ANO DA RETOMADA

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Paraná (Sindesp-PR) chega à reta final de 2022 com muito a comemorar ao celebrar 35 anos de atuação. Depois de dois anos de restrições mais intensas em função da pandemia da covid-19, que impactaram intensamente o setor e restringiram as atividades, é possível sentir os efeitos da retomada, tanto na economia quanto na atividade associativa.

O setor da segurança privada gera cerca de 500 mil empregos em todo o Brasil e passou por um momento extremamente desafiador durante as restrições sanitárias. Mas os efeitos da retomada começam a ser percebidos, pois, com o aquecimento da economia, os serviços de segurança privada são mais demandados. Grandes eventos voltaram a ser realizados e o fluxo de pessoas em locais públicos, como shoppings, passou a se intensificar. Ao mesmo tempo, os serviços para pessoas físicas também começam a ter aumento da procura, pois elas estão voltando a fazer viagens mais longas, a trabalhar mais fora de casa e a sentir necessidade de contratar uma empresa de segurança privada.

No Paraná, o Sindesp representa cerca de 270 empresas e, neste ano, pode retomar as atividades com mais intensidade, especialmente as ações desenvolvidas por 27 empresas filiadas. O sindicato prosseguiu com a implementação de medidas para adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que já é uma

realidade na rotina da equipe. A divulgação do Selo de Qualidade – Segurança Sem Preconceito também se intensificou.

Como ponto alto do ano destacam-se as celebrações dos 35 anos do SINDESP-PR, com a presença de autoridades do setor de todo o Brasil, além de autoridades políticas e empresariais do próprio Paraná. A entidade foi homenageada na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) e realizou uma solenidade comemorativa que também marcou a posse da nova diretoria, com a recondução de Alfredo Ibiapina para mais uma gestão como presidente do sindicato. Além disso, Curitiba sediou a 8ª Assembleia Geral Ordinária da Fenavist e a 46ª Reunião da Diretoria Executiva da Federação.

As conquistas e os desafios superados ao longo do ano foram celebrados em uma festa no dia 18 de novembro, que mais uma vez reuniu os diretores da entidade, representantes da Fenavist e de diversas regiões do Brasil.

Para 2023, os planos são adotar ainda mais iniciativas que aproximem os empresários do setor entre si e do Sindesp-PR. Experiências como a implantação das medidas da LGPD e o selo de conscientização contra o preconceito apontam para um caminho em que a atenção às questões tecnológicas e sociais precisam ser cada vez mais parte da realidade da gestão.



Fenavist pede apoio do presidente do Senado para aprovar Estatuto da Segurança Privada

Fenavist, CNC, Fenaval, CNT, OCB e Febraban assinam carta em conjunto endereçada ao presidente Rodrigo Pacheco, que pede urgência na votação da matéria

A Federação Nacional das Empresas de Segurança, Vigilância e Transporte de Valores (Fenavist), em parceria com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e demais entidades que atuam nos setores de segurança e transporte de valores, apresentou uma carta ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, na terça-feira, dia 29 de novembro, em apoio à aprovação da proposta que institui o Estatuto da Segurança Privada.

O grupo foi recebido no gabinete presidencial do Senado, em Brasília, pelo assessor jurídico Isaías Abreu.

Além da Fenavist e da CNC, assinam a carta a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), a Federação Nacional das Empresas de Transportes de Valores (Fenaval), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Confederação Nacional do Transporte (CNT).

As entidades pedem apoio à aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) nº 6/2016, com o parecer aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), cujo texto expressa o entendimento entre os representantes dos diversos segmentos e a superação das divergências pontuais.

A carta foi apresentada pelos especialistas executivos da Diretoria de Relações Institucionais (DRI), Reiner Leite e Felipe Miranda; pelo vice-presidente de Assuntos Jurídicos e pela consultora parlamentar da Fenavist, Jacymar Dalcimini e Cléria Santos; e pelo presidente da Fenaval e seu assessor jurídico, Ruben Schechter e Rafael Drummond.

Reiner Leite destacou que a aprovação do Estatuto da Segurança Privada é vital para o crescimento do setor, com perspectivas de gerar mais de um milhão de empregos. "O texto aprovado na CAE, ao qual pedimos apoio à

sua aprovação, vai garantir maior segurança jurídica para empresas, para o poder público e para a sociedade”, afirmou.

Sobre o Estatuto

Extremamente moderna quando foi aprovada em 1983, a Lei nº 7.102, que regulamenta a segurança privada, completará 40 anos em 2023. Ao longo dessas quase quatro décadas ela acabou se tornando obsoleta em vários pontos. O Estatuto da Segurança Privada, que aguarda a última votação pelo plenário do Senado desde o final de 2016, moderniza e adapta a legislação do segmento aos dias atuais.

A mudança na legislação é fundamental para estabelecer novos nichos de trabalho, segurança jurídica, aumentar a fiscalização e punir as empresas clandestinas, além de gerar milhares de empregos.

Segundo dados da Polícia Federal, existem no Brasil mais de 2,5 mil empresas de segurança privada legalizadas. No entanto, estima-se que o número de empresas irregulares que atuam no setor seja quase o dobro. Calcula-se, ainda, que esses serviços clandestinos movimentam cerca de R\$ 60 bilhões por ano, que não pagam impostos e colocam em risco a vida da população.

Nota técnica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que defende a aprovação do Estatuto, afirma que a nova lei estabelecerá novas funções, isso permitirá que a atividade exerça um serviço ainda melhor. Outro ponto elencado diz respeito à discriminação. “Preceitua, outrossim, que os profissionais de segurança privada têm, como dever o respeito à dignidade e à diversidade da pessoa humana; o exercício da atividade com probidade, desenvoltura e urbanidade; a comunicação obrigatória ao seu chefe imediato sobre quaisquer incidentes ocorridos durante o serviço, assim como quaisquer irregularidades ou deficiências do equipamento ou material que utiliza, além de outras obrigações que se destinam a garantir mais segurança a pessoas e clientes dos estabelecimentos salvaguardados pela segurança privada”, afirma o texto do CNJ.

O documento também destaca que “está igualmente prevista a inserção do segmento da segurança eletrônica no setor de segurança privada, ainda hoje sem regulamentação e fiscalização”, e que institui novas penas para quem atua de forma ilegal.

“
está igualmente
prevista a inserção
do segmento da
segurança eletrônica
no setor de segurança
privada, ainda hoje
sem regulamentação
e fiscalização
”



“A prática da atividade clandestina, sem a devida autorização de funcionamento pela Polícia Federal, passará a configurar crime e estará sujeita a penas rigorosas, como a de um a três anos de prisão e multa. Também estão previstos o fechamento imediato da empresa; a apreensão de todo o material utilizado na prestação de serviços ilegais pela Polícia Federal; o aumento da pena para crimes de roubo, furto e dano a carros-fortes das empresas de segurança privada especializadas em transporte de valores, assim como nos casos de crimes cometidos contra os vigilantes privados”, explica o texto.



ENTREVISTA: **RODRIGO DE LUCCA JARDIM** Coordenador-Geral de Controle de Serviços e de Produtos da Polícia Federal

A Revista Fenavist teve a oportunidade de conversar com exclusividade com o Coordenador-Geral de Controle de Serviços e de Produtos da Polícia Federal, Rodrigo de Lucca Jardim. No cargo há oito meses, Jardim tem a experiência de quem comandou a Delesp/GO em duas oportunidades.

Ao longo da conversa, ele falou sobre os objetivos da CGCSP, de ações de combate à clandestinidade e a importância da aprovação do Estatuto da Segurança Privada e deixou um recado para todo o segmento. Confira!

O senhor assumiu a Coordenação-Geral de Controle de Produtos e Serviços da Polícia Federal com a experiência de quem já esteve à frente da Delegacia de Controle de Segurança Privada (Delesp) do estado de Goiás. O quanto essa experiência tem contribuído para o trabalho do senhor à frente da CGCSP?

Entre os anos de 2004 e 2006, fui chefe da DELESP/GO, onde tive a oportunidade de começar a aprender sobre a atividade de segurança privada, sua legislação à época, e, principalmente, conhecer, na prática, como funcionava a regulação e a fiscalização desse importante segmento.

Estava há dois anos na Polícia Federal e ainda não tinha me deparado com a atividade de polícia administrativa desenvolvida por nossa instituição. Foi uma época de grande aprendizado, pois tive a chance de trabalhar com policiais extremamente experientes, os quais foram os responsáveis por mostrar a importância dessa área no meio social e a relevância do trabalho da PF na regulação do setor.

Após quase uma década, em 2015 retornei à DELESP/GO, onde pude ver a evolução da atividade de segurança privada, tanto por parte do setor regulado, quanto pela atuação da Polícia Federal.

E, em abril de 2022, assumi a CGCSP/DIREX/PF, com uma bagagem de aproximadamente 9 (nove) anos à frente da Delegacia de Segurança Privada em Goiânia/GO.

Posso afirmar que os últimos sete anos foram de muito aprendizado, tanto com a minha então equipe, quanto com a troca de informações/experiências com outras unidades da PF, e, especialmente, pelo apoio da CGCSP/DIREX/PF, por meio das Divisões que atuam diretamente com a atividade de segurança privada, DPSP, DICOE e DELP.

O acompanhamento/análise de todos os processos afetos à segurança privada que tramitam pelo GESP ou pelo SEI, assim como o acompanhamento de vistorias, fiscalizações, planejamentos operacionais, execuções de operações, reuniões com os entes regulados e todos os demais assuntos correlatos forjaram uma base sólida para entender as necessidades/angústias tanto das pontas (DELESP's e CV's), quanto dos atores que atuam nessa importante atividade, e, também, da CGCSP/DIREX/PF.

Com essa bagagem, posso dizer que o trabalho na Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Produtos foi muito facilitado, o que me permitiu focar nas ações prioritárias para a melhoria da atividade de segurança privada em nível nacional.

Qual a análise que o senhor faz desse início de gestão na CGCSP?

Nesses oito meses de gestão à frente da Coordenação, conseguimos nos reunir com praticamente todos os representantes dos entes regulados e identificar as ações prioritárias por parte da CGCSP e das Divisões competentes da área de segurança privada.

Foi possível implantar uma nova operação de fiscalização, a Formação Legal, que teve como foco as escolas de vigilantes e a efetiva realização e qualidade dos cursos oferecidos.

Houve a edição da Portaria 11/2022-CGCSP/DIREX/PF, cujo escopo foi o estabelecimento de normas e procedimentos para vistoria dos estabelecimentos financeiros, tanto de forma presencial, quanto de forma remota, por parte da Polícia Federal.

Realizamos um seminário nacional on-line de segurança privada, que contou com representantes de todas as DELESP's e CV's do Brasil.

Montou-se um novo curso Ead, o qual está em fase de edição e que abrange toda a legislação da segurança privada e os pontos polêmicos, em um formato mais moderno e interativo, que servirá para o aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido pelos novos e também antigos servidores que atuam em DELESP's e CV's.

E apresentamos a versão final das alterações da Portaria 3.233/12-DG/PF, em análise no Ministério da Justiça e Se-



A legislação que rege a atividade de segurança privada realmente é obsoleta em diversos pontos, e, de fato, não acompanhou a modernização da nossa vida social, portanto é urgente sua alteração.



gurança Pública, do qual aguardamos retorno para imediata publicação.

Por fim, realizamos a 6ª operação Segurança Legal, para a fiscalização de atividades de segurança privada clandestina em todo o Brasil.

Quais os principais objetivos e metas da CGCSP em curto e médio prazo?

Em curto prazo esperamos a publicação das alterações da Portaria 3.233/12-DG/PF, que passou por uma análise profunda por parte da DICOFCG/CGCSP/DIREX/PF e também contou com diversas contribuições das entidades de classe da segurança privada (FEBRABAN, Fenavist, ABCFAV, entre outras). Por intermédio do MJ, foi criado um grupo de trabalho, ao qual essas entidades apresentaram sugestões para o aperfeiçoamento da Portaria. O processo está em fase final de análise pelo MJ, cujo retorno está previsto para dezembro, quando faremos a devida publicação pela PF.

Ainda em curto prazo, esperamos ter uma radiografia da realidade de todas as unidades da PF (DELESP's e CV's), que nos possibilitará identificar as melhores práticas que vêm acontecendo pelo País, assim como os maiores desafios enfrentados por essas unidades. Em novembro, foi enviado um questionário para cada unidade do Brasil, e, com as respostas, poderemos fazer uma consolidação dessas informações, que servirão de base para traçar orientações que poderão resolver problemas locais/regionais.

Além disso, em médio prazo pretendemos acelerar o desenvolvimento do GESP 3, que já está em produção há pouco mais de 1 (um) ano. Algumas medidas já foram tomadas, mas não podem ser divulgadas, pois o processo ainda está em tramitação, mas o objetivo dessa medida é a entrega do novo sistema GESP, num prazo bem menor do que o hoje estimado, com as inovações de que tanto precisamos, para facilitar e agilizar o serviço das pontas (DELESP's e CV's), da Coordenação-Geral, do setor regulado, e, em última análise, prestar um serviço de melhor qualidade e mais ágil.

Outra meta em médio prazo é a intensificação do movimento para a aprovação do Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras, que está paralisado no Senado Federal. Com a mudança de governo, e, especialmente do parlamento, a PF retomará as negociações para a aprovação do Estatuto. E, em paralelo, estudaremos

as minutas de um futuro Decreto e Portaria que irão regulamentar a nova legislação.

Quando comandava a Delesp-GO, o senhor se destacou pela atuação no projeto segurança legal, que visa ao combate à clandestinidade. Como o senhor enxerga a questão da clandestinidade? Existe a previsão de uma nova campanha nacional?

Estudos mostram que, para cada emprego formal, existem dois informais, e que os serviços clandestinos movimentariam R\$ 60 bilhões de reais por ano.

A atividade de segurança privada clandestina é extremamente prejudicial para o setor regulado, que sofre com a concorrência desleal, pois as empresas clandestinas não pagam impostos, estão à margem das taxas cobradas para o seu funcionamento, e, com isso, praticam preços menores, que acabam por prejudicar as empresas regulares. Além disso, a atividade de segurança privada clandestina emprega profissionais desqualificados que, em última análise, poderão colocar em risco as pessoas sob sua proteção.

Para agravar a situação, a ausência de tipos penais e infrações administrativas próprias para as atividades de segurança privada clandestinas dificulta o trabalho fiscalizatório da polícia.

Em 2017, teve início a operação segurança legal, já em sua 6ª edição, no dia 1º/12/22. Nesses 5 (cinco) anos, foram fiscalizados 2.362 (dois mil, trezentos e sessenta e dois) locais em todo o Brasil, encerrados 794 (setecentos e noventa e quatro) desses que contavam com atividades de segurança privada irregulares, além de dezenas de autuações e prisões em flagrante.

Essa operação nacional foi instituída para ser permanente e acontecerá ao menos uma vez por ano, sob a coordenação da DICOFCG/CGCSP/DIREX/PF.

Extremamente moderna quando foi aprovada em 1983, a Lei nº 7.102, que regulamenta a segurança privada, completará 40 anos em 2023. Ao longo dessas quase quatro décadas ela acabou se tornando obsoleta em vários pontos. O Estatuto da Segurança Privada, que aguarda a última votação pelo plenário do Senado, moderniza e adapta a legislação do segmento aos dias atuais. Como tem sido o trabalho da PF quanto à aprovação dessa matéria no Congresso?

A legislação que rege a atividade de segurança privada realmente é obsoleta em diversos pontos, e, de fato, não acompanhou a modernização da nossa vida social, portanto é urgente sua alteração.

O novo Estatuto da Segurança Privada já está há doze anos em tramitação no Congresso e já foi objeto de diversas manifestações formais por parte da Polícia Federal em relação às inovações/alterações apresentadas pela nova legislação.

Além disso, participamos de reuniões com parlamentares, e, por último, integramos um grupo de trabalho do CNJ que exarou Nota Técnica destinada aos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, aos ministros da Casa

Civil e da Justiça e Segurança Pública, e à Procuradoria-Geral da República, que ratificou a necessidade de aprovação célere do novo Estatuto.

Qual a importância do Estatuto da Segurança Privada para a atividade?

O novo estatuto trará novas tecnologias, atividades, profissionais, além de novas formas de trabalho, e, principalmente, inovadores instrumentos de combate à clandestinidade.

Em síntese, o novo estatuto levará à criação de empregos formais, aumentará a arrecadação do Estado, trará novos mecanismos de fiscalização (multas/crimes) e estabelecerá, de forma clara, que a vigilância desarmada faz parte da atividade de segurança privada. Além disso, criará novos cargos e profissões na segurança privada, novos serviços (monitoramento e rastreamento) e a segurança em transportes coletivos.

A integração entre as seguranças pública e privada já é uma realidade nos principais países do mundo. No Brasil, esse conceito tem ganhado força. Como o senhor avalia essa parceria?

A parceria entre a segurança pública e privada já existe, em certa medida, no Brasil. A atividade de segurança privada não se confunde com a da segurança pública, mas é complementar a esta e caminham juntas.

Essa parceria pode ser notada nos grandes eventos como Copa do Mundo, Shows, Fórmula 1, entre outros. A Polícia Federal realiza o planejamento da segurança desses grandes eventos, estando entre os pontos a atividade de segurança privada que será desempenhada, com reuniões prévias com as empresas que farão a atividade de segurança privada, para acertar todos os detalhes logísticos em prol da segurança geral do acontecimento.

A integração entre a segurança pública e privada não se dá apenas nessas situações, mas também na atividade cotidiana, quando os órgãos de segurança são acionados para atender a ocorrências policiais, inicialmente atendidas/presenciadas por profissionais que atuam na segurança privada.

Como o senhor enxerga o momento da segurança privada e quais as perspectivas?

O enfoque da segurança privada deve ser visto por dois ângulos. O primeiro, da Polícia Federal, que está promovendo ações constantes para melhoria dos sistemas, para capacitação dos servidores que atuam nessa atividade de polícia administrativa, com a realização de encontros presenciais e seminários remotos, e, por fim, na questão do aprimoramento da legislação que regula o setor. Como exemplos, podemos citar as ações corretivas no GESP 2 e o desenvolvimento do GESP 3; o encontro de chefes de DELESP's, em março do corrente ano em João Pessoa/PB; e o seminário nacional on-line da segurança privada, que aconteceu em novembro próximo passado; a publicação da Portaria nº 11/22-CGCSP/DIREX/PF, que tratou da vistoria bancária presencial e remota; e a atualização da Portaria nº 3.233/12-DG/PF. Além disso, é importante destacar que o acompanhamento das atividades de se-

gurança privada é feito tanto pela CGCSP/DIREX/PF, quanto pela DELESP's e pelos CV's, o que leva a um aprimoramento constante dessa atividade.

Sob a ótica dos entes regulados, verifica-se que a retomada da atividade de segurança privada pós-pandemia bastante forte nos eventos, apesar de a pandemia ainda não ter acabado, com um grande investimento em novas tecnologias, modernizando esse segmento, embora ainda não se tenha a evolução tão esperada da legislação que regulamenta o setor.

O futuro dessa importante atividade está intimamente relacionado com a necessidade de aprovação do novo estatuto da segurança privada. É primordial que a nova legislação entre em vigor, com a sua consequente regulamentação e implantação, não só para trazer para a atividade de segurança privada outras que são muito ligadas e que hoje não estão abrangidas, como monitoramento, segurança no transporte coletivo, mas, principalmente, novos mecanismos de fiscalização da atividade clandestina. Hoje existe muita dificuldade em conseguir uma atuação mais efetiva por parte da Polícia Federal, em razão da falta de punição administrativa e criminal, como pena pecuniária e privativa de liberdade. Em última análise, podemos dizer que a falta de elementos de coerção mais eficazes leva à disseminação da atividade clandestina no País.

Para finalizar, aproveitando a proximidade do final do ano, que mensagem o senhor gostaria de deixar aos atores da segurança privada para 2023?

A CGCSP/DIREX/PF continuará trabalhando de forma intensa por meio de todas as suas Divisões (DICO, DPSP e DELP), em contato direto com as pontas (DELESP's e CV's) e de portas abertas a todas as entidades que atuam na atividade de segurança privada. Em paralelo, intensificaremos as tratativas com o Congresso Nacional para agilizar o processo de aprovação do novo Estatuto da Segurança Privada, além de realizar todas as medidas possíveis para agilizar o desenvolvimento do GESP 3, para que possamos entregar um sistema mais moderno e ágil, num prazo menor do que o hoje previsto. Daremos continuidade às operações nacionais criadas, como a Segurança Legal e a recém-criada Operação Formação Legal, que terá nova versão em 2023. Essas operações criam uma sinergia entre as delegacias de todo o País, e, com isso, é possível ter um melhor combate à atividade de segurança privada clandestina no Brasil. Além disso, a operação formação legal abre caminhos para a melhoria na qualidade dos cursos de vigilantes naquelas escolas que eventualmente não estejam cumprindo a legislação vigente.

Nosso maior desejo é a rápida aprovação da nova legislação da segurança privada, para que possamos atuar de modo mais efetivo no combate à clandestinidade e regulamentar as atividades que não estão abrangidas pela segurança privada, mas que estão intimamente ligadas a ela.

Por fim, gostaria de agradecer pelo convite e pela oportunidade de expor um pouco das ideias e do trabalho da CGCSP/DIREX/PF e desejar um feliz Natal e um próspero 2023.

Diretoria da Fenavist encerra 2022 com reunião e jantar de confraternização

Eventos ocorreram, em Brasília, no final de novembro



No dia 29 de novembro, houve a última reunião da Diretoria da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) de 2022. O encontro, que aconteceu em Brasília, além dos diretores da entidade, contou com a participação de presidentes de sindicatos estaduais e respectivos jurídicos. Também compareceram presidentes de entidades parceiras.

Na pauta, estiveram presentes temas fundamentais para o segmento, como as convenções coletivas de trabalho de 2023, informações sobre a tramitação de matérias sobre a segurança privada no Congresso Nacional, análise da situação econômica para os próximos anos, ações no Judiciário que impactam a atividade e o SESMT comum.

À noite, foi a vez do segmento de segurança privada participar do tradicional jantar de confraternização da Fenavist. A cerimônia foi realizada no Espaço

Renata La Porta, no Lago Sul, na capital federal.

Além dos participantes da reunião que aconteceu mais cedo, juntaram-se à confraternização outros empresários e representantes da Polícia Federal.

Em um breve discurso, o presidente da Fenavist, Jefferson Nazário, parabenizou a todos por mais um ano de trabalho árduo, agradeceu o apoio recebido e lembrou todas as dificuldades enfrentadas pelo segmento não apenas em 2022, mas nos últimos anos.

“Todos os que estão aqui são sobreviventes”, afirmou Nazário.

A festa foi marcada por um clima de amizade, respeito e admiração entre os participantes que, além de colocarem a conversa em dia, também saborearam um delicioso jantar enquanto ouviam música ao vivo.

CONFRATERNIZAÇÃO



**“Todos os que estão aqui
são sobreviventes”**



CONFRATERNIZAÇÃO



CONFRATERNIZAÇÃO



CONFRATERNIZAÇÃO





Hélio Gomes Coelho Júnior
Advogado, professor de Direito do Trabalho na PUC-PR e consultor jurídico da Fenavist

Fábulas.

Dizem os dicionários que fábula é uma curta narrativa, em prosa ou verso, com personagens animais que agem como seres humanos, e que ilustra um preceito moral.

O gênero fábula surgiu no Oriente e foi levado para o Ocidente por Esopo, quatrocentos anos antes de Cristo.

De modo sucinto, uma fábula é uma breve história que pretende transmitir um ensinamento, uma moralidade.

No Brasil, um bom exemplo de fabulista foi Monteiro Lobato, também considerado o pai da nossa literatura infantil, do Pedrinho, Visconde de Sabugosa, Cuca, Saci Pererê, Emília e Tia Nastácia, por exemplo.

Entre as tantas fábulas de Monteiro Lobato – um dos primeiros brasileiros a investir na extração de petróleo, o que o levou à prisão –, compartilho uma, intitulada de A coruja e a águia:

Coruja e águia, depois de muita briga, resolveram fazer as pazes.

– Basta de guerra – disse a coruja.

– O mundo é grande, e tolice maior que o mundo é andarmos a comer os filhotes uma da outra.

– Perfeitamente – respondeu a águia. – Também eu não quero outra coisa.

– Nesse caso combinemos isto: de agora em diante não comerás nunca os meus filhotes.

– Muito bem. Mas como posso distinguir os teus filhotes?

– Coisa fácil. Sempre que encontrarem uns borrachos lindos, bem-feitinhos de corpo, alegres, cheios de uma graça especial



que não existe em filhotes de nenhuma outra ave, já sabes, são os meus.

– Está feito! – concluiu a águia.

Dias depois, andando à caça, a águia encontrou um ninho com três mostrengos dentro, que piavam de bico muito aberto.

– Horríveis bichos! – disse ela.

– Vê-se logo que não são os filhos da coruja.

E comeu-os. Mas eram os filhos da coruja. Ao regressar à toca, a triste mãe chorou amargamente o desastre e foi ajustar contas com a rainha das aves.

– Quê? – disse esta, admirada.

– Eram teus aqueles monstrenginhos? Pois, olha, não se pareciam nada com o retrato que deles me fizeste...

Moral da história:

Para retrato de filho, ninguém acredite em pintor pai, pois, quem o feio ama, bonito lhe parece.

A coruja e a águia nos ensinam a desconfiar do ponto de vista de quem nos conta uma história, pondo em perspectiva o que é dito.

Fábula fabulosa.

Até a próxima, confiantes em nosso ponto de vista.

INASEP VISITARÁ ESTADOS A PARTIR DE 2023

Instituto Nacional de
Segurança Privada também
trabalha para facilitar ainda
mais o contato entre os
parceiros e os empresários

O empresário cearense Urubatan Romero assumiu a presidência do Instituto Nacional da Segurança Privada (Inasep) em agosto. Eleito vice-presidente da entidade na última eleição, ele passa a comandar o Inasep após o empresário e presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Jefferson Nazário, se licenciar da função.

Depois da reunião de diretoria do Instituto realizada no dia 28 de novembro, Urubatan Romero anunciou que, a partir de 2023, o Inasep fará ações itinerantes. "O Inasep terá um trabalho itinerante em alguns estados, e deveremos começá-lo pela região Nordeste e Norte."



A ideia é estreitar a comunicação entre os parceiros do Instituto e os empresários. “Nós vamos levar os parceiros às cidades de cada estado”, explica Romero.

Outro objetivo para 2023 é ofertar serviços e produtos às empresas por um valor ainda mais vantajoso. “Os parceiros, quando aderem ao Inasep, têm a obrigação de vender os produtos com o custo menor do que estamos acostumados. A compra só tem sentido se o parceiro participar”, afirma.

Urubatan Romero, no entanto, faz questão de ressaltar que, para atingir esse objetivo, é preciso que os empresários participem. “Se o preço é competitivo, cabe a nós, empresários, aproveitar esta oportunidade e comprar os produtos dos parceiros. Vamos eliminar a dificuldade dos parceiros de se comunicarem com os empresários, mas isso só será possível se cada um dos presidentes de sindicato contribuir. Vocês são fundamentais nesse processo do Inasep. Então, conto com vocês. Vamos fazer tudo para que os empresários possam se beneficiar de produtos mais baratos e com a mesma qualidade para as nossas empresas”, conclui.

Sobre o Inasep

Criado em 2018, o Instituto Nacional da Segurança Privada tem revolucionado a forma como as

“

Os parceiros, quando aderem ao Inasep, têm a obrigação de vender os produtos com o custo menor do que estamos acostumados. A compra só tem sentido se o parceiro participar

”

empresas do setor da segurança privada obtêm produtos, capacitam os seus profissionais e adquirem informações.

O Inasep tem a imensa responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento da segurança privada e tornou-se imprescindível durante a crise econômica provocada pela pandemia de Covid-19.

O Instituto, que atua como um potencializador de novos negócios, em busca de parcerias em diversas áreas de interesse para a segurança privada, facilitou o acesso de todas as empresas do segmento, independentemente do porte, de produtos e serviços e melhor custo-benefício dentro do mercado, o que possibilitou economia, recuperação de valores pagos indevidamente, liquidez de caixa, capacitação e uma gestão ainda mais profissional das empresas do setor.

Um outro trabalho primordial desenvolvido pelo Instituto é o incentivo e apoio à capacitação profissional e educacional do setor da segurança privada.

Para obter mais informações sobre todas as ações do Instituto Nacional da Segurança Privada, entre em contato pelo **e-mail inasep@inasep.org.br**; pelo **telefone 61 3327-5440** ou pelo **WhatsApp 61 99683-8749**.



Wilson Trevisan
Consultor
Econômico da
Fenavist

Feliz Ano-Novo!

Pergunta-se se o próximo ano com o governo que tomou o poder nas últimas “eleições” possui alguma credibilidade por parte da sociedade.

Teremos iguais dificuldades dos últimos anos, com certeza, mas o grande desafio será a nova lei de Licitações que vigorará a partir de abril. Nela existem pontos bastante questionáveis como o pagamento pelo fato gerador e a exigência tripla de garantia, ou seja, aumenta-se o custo administrativo, como alguns interpretam.

Recomenda-se que, havendo “pagamento pelo fato gerador”, por favor, esvaziem o certame, não vale a pena! A insegurança é total de receber o devido ao longo do contrato, e não se esqueçam de que o passivo é por sua conta.

É quase impossível viver em um país onde o crime se torna compensável.

Nossa esperança se prende ao fato das inovações que o mercado poderá gerar em termos de segurança sob outros aspectos e meios. A tecnologia pode auxiliar, é imprescindível que os investimentos nos processos internos sejam automatizados ao máximo.

Deve-se analisar com muito critério os futuros parceiros, o risco de cada contrato, esta é a realidade. O contrato deve conseguir quitar totalmente os valores do passivo trabalhista.

Os resultados do “fique em casa”, que perduraram por quase dois anos, foram totalmente inoperantes por todos os aspectos.

Quando a economia começou a dar mostras de melhora, veio o ano eleitoral e com um resultado que nos empurra para o imprevisível, já que os mesmos que foram julgados, condenados e presos serão os homens e nomes da nova gerência. De imediato, os investimentos da bolsa despenca-ram, pois, como diz a máxima, dinheiro não recebe desaforo.

Cabe a nós fiscalizarmos, cobrarmos contra qualquer ato que possa levar a problemas do passado. Devemos vigiar o Congresso, deles exigir ações que impeçam a saída dos recursos que foram expatriados, sem nenhum retorno.

São bens e valores pertencentes à nossa nação, cujo esforço de cada um de nós contribuiu com tributos, taxas e emolumentos. Recordo-me da frase que ressoou em uma das sessões sobre o volume imenso de reais sequestrado da Petrobras: “Ora, o que são 4 bilhões para uma empresa que fatura 500 bi por ano”?

Esse é o perfil dos futuros governantes do País.

Restam-nos força, coragem e muita criatividade que serão as ferramentas para minimizar o risco do contrato político assinado pela “maioria”.

A solução se chama trabalho!

As ações do “novo governo”, nós as conhecemos e sabemos que a economia será ajustada conforme o interesse político operante. Os ajustes serão com os apoiadores, e muitos dos avanços na legislação trabalhista terão imensa cobrança por parte da base política de origem.

Para nós, o maior problema será uma reforma tributária, pois em todas as propostas apresentadas, o objetivo é taxar o consumo, desonerando a indústria. Para sucesso dessa empreitada, deverá haver consenso entre os governos estaduais, caso contrário, somente por meio de engenharia política, muito difícil de imaginar.

Não há proposta alguma para redução dos gastos, em qualquer nível de governo, o inchaço da

“

Cabe a nós fiscalizarmos, cobrarmos contra qualquer ato que possa levar a problemas do passado. Devemos vigiar o Congresso, deles exigir ações que impeçam a saída dos recursos que foram expatriados, sem nenhum retorno.

”

folha pública não adota nenhum critério de análise. Resulta sempre em acomodar os leais e os aliados perdedores.

Em abril começa a vigorar nova Lei de Licitações, que trouxe alguns avanços, mas que as mãos que a construíram abusaram da cobrança de cotas para as atividades de terceirização. Além disso, introduziram “pagamento pelo fato gerador”, que é frontalmente inconstitucional, pois o risco é total do contratado, e, quando houver ganhos das folgas na realização dos serviços, este ficará com o tomador.

Atenção, quando houver no Edital “pagamento pelo fato gerador”, as empresas devem evitar participar. Os pagamentos pelos serviços se vinculam ao orçamento. Esse instrumento legal tem prazo de um ano. O critério é único, caso o valor orçado não seja pago no exercício legal se torna “restos a pagar” e somente até o ano seguinte ele poderá ser quitado. Caso não venha a acontecer nesse período, ele vira precatório. Verbas rescisórias poderão se realizar em cinco exercícios. E os acordãos proibem a cobrança de alguns itens de direitos trabalhistas, como o aviso prévio. E alguns órgãos estão definindo que férias, na renovação contratual, devem ter extinta a sua cobrança.

São esses os aspectos relevantes que considere para o alerta real e nada imaginário.



Informação Segura



TOMADORAS DE SERVIÇOS SIMULTÂNEOS DE ESCOLTA SÃO RESPONSÁVEIS POR CRÉDITOS DEVIDOS A VIGILANTES

A 6ª Turma do TST reconheceu a responsabilidade subsidiária de três empresas tomadoras de serviço pelo pagamento de créditos trabalhistas devidos a um vigilante que lhes prestava serviços de escolta armada. A decisão foi tomada com base na jurisprudência do próprio Tribunal Superior, que não exige exclusividade na prestação de serviços para a responsabilização subsidiária, nas circunstâncias em que a real empregadora não paga corretamente o devido.

No caso, o vigilante foi contratado pela Vipper – Segurança Armada Ltda., de Campinas (SP), e comprovou que, durante todo o período do contrato de trabalho, fazia serviços de escolta de cargas para a Magazine Luiza S.A, a TNT Mercúrio Cargas e Encomendas Expressas Ltda. e a Jamef Transportes Ltda. Na ação, ele requereu a atribuição de responsabilidade subsidiária às três empresas pelo pagamento dos créditos trabalhistas eventualmente reconhecidos em sentença, o que foi deferido em última instância.

JUSTIÇA DO TRABALHO MANTÉM DEMISSÕES POR JUSTA CAUSA EM DECORRÊNCIA DE PUBLICAÇÕES OFENSIVAS NO TIKTOK

Uma pesquisa da startup Data Lawyer Insights mostrou que há 157 processos tramitando no País que citam a rede social e a dispensa por justa causa, com uma média de R\$ 104.000,00 por ação. São Paulo concentra a maior parte das ações (47), seguido de Minas Gerais (16) e do Rio de Janeiro (14).

Em São Paulo, o TRT-2 manteve a demissão de uma auxiliar de enfermagem que postou vídeos no TikTok em que aparece, acompanhada de outros colegas, simulando atos sexuais. As imagens foram feitas dentro do hospital durante o horário de trabalho.

Em outra unidade de saúde, também em São Paulo, três vigilantes gravaram um vídeo dançando na hora do almoço enquanto comemoravam o aniversário de uma delas. O vídeo, visto como “inocente e inofensivo” pelas colegas, foi considerado inaceitável para

a empresa de vigilância e a unidade de saúde, já que as imagens foram feitas em frente à porta do necrotério do hospital e durante a pandemia da Covid-19. A decisão primária foi mantida pelas instâncias superiores.

Funcionários demitidos por justa causa por publicações questionadas pelos empregadores podem ser enquadrados principalmente por ato de improbidade, ato lesivo da honra e boa fama ou incontinência de conduta, cujo respaldo legal se encontra no art. 482, da CLT.

VIGIA DE USINA DE AÇÚCAR NÃO TEM DIREITO A ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

A 3ª Turma do TST absolveu a Usina Coruripe Açúcar e Álcool, situada na Zona Rural de Iturama (MG), do pagamento do adicional de periculosidade a um vigia de máquinas agrícolas. De acordo com a decisão, as provas juntadas ao processo não demonstraram que as atribuições do empregado se equiparavam às atividades do vigilante que faz segurança pessoal ou patrimonial, para justificar o recebimento do adicional.

Na reclamação trabalhista, o empregado, contratado como ruralista, pediu o pagamento do adicional de insalubridade. Contudo, o laudo elaborado pela perícia técnica concluiu que suas condições de trabalho não eram insalubres, mas perigosas. Segundo o perito, o empregado havia exercido trabalho perigoso durante parte do contrato, quando atuara na segurança patrimonial do maquinaria agrícola da empresa em horário noturno.

Com base no laudo, o TRT-3 (MG) reformou a decisão do juiz da Vara do Trabalho de Iturama, o qual havia negado o adicional de periculosidade. Um dos pontos considerados foi a constatação de que o vigia estava submetido ao mesmo risco de um vigilante.

Em recurso, a Usina alegou que o trabalhador não havia pleiteado o recebimento de adicional de periculosidade na ação, portanto a parcela não poderia ter sido deferida. Argumentou, também, que as atividades de vigia não se equiparam às de vigilante para fins de concessão do adicional, uma vez que

não estão inseridas no conceito de segurança pessoal ou patrimonial a que se refere o Anexo 3 da Norma Regulamentadora (NR) 16 do Ministério do Trabalho.

O relator do recurso, ministro Mauricio Godinho Delgado, assinalou que as atribuições exercidas pelo trabalhador como vigia das máquinas da usina não se enquadravam na legislação em vigor que dispõe sobre o pagamento do adicional de periculosidade aos profissionais que atuam como vigilantes (Lei nº 12.740/2012 e Anexo 3 da NR-16).

Segundo o ministro, o exercício da função de vigia, por si só, não assegura ao empregado o direito ao adicional de periculosidade: para tanto, ele deve ser empregado de empresa prestadora de serviço de segurança privada, devidamente registrada e autorizada pelo Ministério da Justiça, conforme prevê a Lei nº 7.102/1983, ou atuar em atividade de segurança patrimonial ou pessoal, nos termos definidos na NR 16. A decisão foi unânime.

PORTARIA PRES/INSS Nº 1.486, DE 25 DE AGOSTO DE 2022 – AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA CONJUGADO COM A DISPENSA DA EMISSÃO DE PARECER DA PERÍCIA MÉDICA FEDERAL

A Portaria PRES/INSS nº 1.486, de 25 de agosto de 2022, foi expedida pelo Ministério do Trabalho e Previdência e Estabelece procedimentos para solicitação e análise de requerimento do auxílio por incapacidade temporária, dispensando a emissão de parecer conclusivo da Perícia Médica Federal quanto à incapacidade laboral.

Em síntese, a norma revela que os segurados do INSS que necessitem realizar uma perícia médica podem cadastrar a documentação médica no próprio site ou no aplicativo do “Meu INSS”. Por conseguinte, o médico perito avaliará o atestado de forma remota, ficando dispensada a emissão de parecer conclusivo da perícia para os casos de incapacidade para o trabalho, DESBUROCRATIZANDO o processo.

Para iniciar o processo de concessão do benefício, é preciso que o segurado faça a solicitação pelo aplicativo “Meu INSS” ou pelo site do próprio INSS. No entanto, cumpre ressaltar que essa modalidade de concessão NÃO ESTÁ DISPONÍVEL para os casos de auxílio-doença ACIDENTÁRIO.

Segundo a portaria, para serem considerados válidos, os laudos médicos devem ter sido emitidos a menos de 30 dias da data de entrada do requerimento (DER). Além disso, a duração do auxílio-doença será de apenas 90 dias, mesmo que não consecutivos. Caso o segurado necessite estender o prazo do benefício, é preciso solicitar uma perícia médica presencial.

DECLARAÇÃO DE ABUSIVIDADE DE GREVE DE VIGILANTES NÃO AUTORIZA DEMISSÃO EM MASSA

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do TST rejeitou a pretensão do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Pernambuco (SINDESP) de demitir vigilantes que participaram de greve julgada abusiva.

A greve, ocorrida em abril de 2016, foi liderada pelo Sindicato dos Trabalhadores Vigilantes Empregados de Empresas de Transporte de Valores e Escolta Armada do Estado de Pernambuco (Sindforte), motivada pela insatisfação dos trabalhadores com o ajuste coletivo firmado entre o Sindesp e o Sindicato dos Vigilantes de Pernambuco (Sindesvi-PE), que representa a categoria. O TRT-6 extinguiu o dissídio ajuizado pelo Sindesp contra o Sindforte, por considerar o sindicato ilegítimo para representar os vigilantes (uma vez ausente o registro sindical).

No recurso ao TST, o sindicato patronal insistiu na declaração de abusividade da greve, alegando a falta de comprovação de regular convocação e deliberação em assembleia para a deflagração do movimento. Requereu também autorização do Poder Judiciário para que as empresas pudessem dispensar os empregados que descumpriram decisões judiciais, com a imediata contratação de novos trabalhadores.

Segunda a relatora, a declaração de abusividade da greve, por si só, não viabiliza a autorização de novas contratações de trabalhadores, já que, pelos dispositivos de lei citados, a justificativa para esse procedimento é a iminência de prejuízos irreparáveis, quer para a empresa, quer para a comunidade em geral”, frisou. “Não cabe a dispensa de empregados em razão do simples exercício do direito de greve, constitucionalmente assegurado.”

***CLIPPING confeccionado pela equipe do escritório COSTA COUTO ADVOGADOS ASSOCIADOS – colaboraram Gabriela Branco e Juliano Costa Couto.**

A nova instrução normativa da receita (31/10/2022) e seus efeitos para a inserção das empresas de segurança no PERSE



Juliano Costa Couto e Oscar Karnal
são advogados do escritório
Costa Couto Advogados Associados

O Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) foi desenhado como uma medida legislativa para recuperação do setor de eventos, impactada sobremaneira pela crise desencadeada pela Pandemia de COVID-19. Foi proposto mediante o Projeto de Lei nº 5.638/2020, de autoria do deputado Felipe Carreiras e remetido para sanção presidencial, com vetos parciais, e publicado no dia 12/4/2021. O Congresso Nacional derrubou os vetos do presidente da República, e esses dispositivos foram promulgados em 18/3/2022. Por isso, o Programa teve uma primeira fase de vigência em abril de 2021 e uma segunda fase, para outros dispositivos, a partir de março de 2022.

O Perse possui três diretrizes principais, quais sejam: 1) a renegociação das dívidas tributárias e não tributárias, com desconto de até 70% sobre o valor total e prazo de 145 meses para quitação; 2) alíquota zero, por sessenta meses, para o PIS/PASEP, COFINS, CSLL e IRPJ; 3) indenização para empresas com perda de faturamento superior a 50% entre 2019 e 2020, referente às despesas com folha de pagamento¹; subprograma de financiamento no PRONAMPE2; acesso ao Programa de Garantia de Setores Críticos (PGSC) para garantia de financiamento privado às entidades do setor; e prorrogação da validade de certidões negativas.

O mais destacado benefício do Perse para as empresas agraciadas é a possibilidade de operar com alíquota zero, por sessenta meses, para os impostos PIS/PASEP, COFINS, CSLL e IRPJ, o que diminui sobremaneira os encargos tributários incidentes sobre a atividade empresarial.

¹ Respeitando-se o teto global de R\$ 2,5 bilhões.

² Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

São enquadradas/enquadráveis no Perse as pessoas jurídicas, empresas ou associações que estavam em funcionamento em 3/5/2021 e que exercem as atividades, direta ou indiretamente vinculadas à: 1) Realização ou comercialização de congressos, feiras, eventos esportivos, sociais, promocionais ou culturais, feiras de negócios, shows, festas, festivais, simpósios ou espetáculos em geral, casas de eventos, bufês sociais e infantis, casas noturnas e casas de espetáculos; 2) Hotelaria em geral; 3) Administração de salas de exibição cinematográfica; e 4) Prestação de serviços turísticos, conforme o art. 21 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.

As empresas de vigilância e segurança privada foram incluídas no Perse por meio da Portaria-ME 7163, de 23 de junho de 2021, que inseriu, no rol das empresas beneficiadas, aquelas inscritas no CNAE 8011-1/01 – ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA. Como o CNAE 8011-1/01 está listado no Anexo I dessa Portaria, as empresas que executam esse tipo de serviço estariam naturalmente enquadradas no Perse, sem necessidade de regularização de sua situação no Cadastur.

Por ocasião da publicação da lei, muitas dúvidas surgiram sobre qual seria o mecanismo de operacionalização da alíquota zero, e sobre isso foi editada recentemente a Instrução Normativa da Receita Federal que, infelizmente, gerou mais dúvidas do que esclarecimentos.

Especificamente, trata-se da publicação pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, da IN/RFB nº 2.114/2022, que foi clara na linha de que o benefício da alíquota zero por sessenta meses, dos tributos PIS/PASEP, COFINS, CSLL e IRPJ, conforme artigo 4º da Lei Perse, estaria assegurado às empresas cujos resultados das atividades econômicas estejam relacionados com a “I - realização

ou comercialização de congressos, feiras, eventos esportivos, sociais, promocionais ou culturais, feiras de negócios, shows, festas, festivais, simpósios ou espetáculos em geral, casas de eventos, buffets sociais e infantis, casas noturnas e casas de espetáculos”; e “IV - prestação de serviços turísticos, conforme disciplinado pelo art. 21 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008”.

Nessa linha de raciocínio, temos que a Receita Federal está sinalizando que os segmentos econômicos listados na Portaria 7163/2021 podem gozar do benefício, inclusive o ramo da segurança, desde que os resultados financeiros “zerados” estejam vinculados às atividades acima explicitadas.

A Instrução Normativa ainda restringe algumas das possibilidades que eram abertas pela lei em sua disposição ainda não regulamentada, podendo-se destacar:

Exclusão das atividades taxadas por Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (Contribuição para o PIS/Pasep-Importação) e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (Cofins-Importação) do benefício fiscal;

Restrição do benefício fiscal às empresas que apurem o IRPJ pela sistemática do Lucro Real, do Lucro Presumido ou do Lucro Arbitrado, assim excluindo as empresas integrantes do Simples Nacional, que vem a ser expressa no parágrafo único do art. 4º;

Estipulação do prazo do benefício fiscal entre março de 2022 e fevereiro de 2027.

É fato que a legislação, até o presente momento ainda não regulamentada por Decreto, não é tão clara e deixa margens para discussões e debates, cabendo ao empresário tomar a decisão de aderir ao Perse munido da maior quantidade possível de informações, para análise do risco, buscando mitigar os problemas que a falta de clareza traz em relação à segurança jurídica.

Dentre as opções possíveis, destacam-se utilização do sistema administrativo de PER/DCOMP, pedido eletrônico de restituição, ressarcimento ou reembolso e declaração de compensação da Receita Fe-

deral, podendo a empresa buscar o “aval” da Receita para a efetivação da alíquota zero. É um meio mais demorado, mas, ao mesmo tempo, capaz de dar segurança à decisão empresarial.

Outra hipótese é o ingresso em juízo com vistas à obtenção de provimento judicial deferindo a inserção da empresa nos benefícios do Perse, neste caso, pautada por alguma decisão judicial, a empresa está livre de qualquer tipo de multa punitiva em caso de fiscalização e/ou autuação por parte da Receita Federal, sem falar que, em caso de provimento judicial definitivo, a empresa encontraria a tão desejada segurança jurídica.

Outro ponto importante é que as empresas que decidirem se valer dos benefícios do Perse se documentem quanto às receitas indicadas para a alíquota zero, visto que a Instrução Normativa aqui tratada foi clara na linha de que as receitas que não guardarem relação com as atividades anteriormente mencionadas devem ser segregadas, nos termos do seu art. 6º, que diz:

Art. 6º Para fins de apuração da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, a pessoa jurídica deverá segregar, da receita bruta, as receitas decorrentes das atividades referidas no art. 2º, sobre as quais será então aplicada a alíquota de 0% (zero por cento).

As empresas não podem desconsiderar que os impactos benéficos advindos de sua inserção no Perse, zerando alíquotas, podem ter repercussão em seus contratos administrativos, advindos de processo licitatório, nos termos da previsão contida no parágrafo 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

E como o Brasil não é mesmo para amadores, temos ainda a possibilidade, por conta de julgamento em curso no Supremo (RE 949.297 e RE 955.227 – Tema 881), de que as “coisas julgadas” em matéria tributária possam ser ‘revistas’, quando da apreciação posterior por parte do STF, ou seja: no Brasil, até o passado é incerto...

Concluindo, ainda que pretendam se beneficiar das previsões do Perse, as empresas o devem fazer preparadas para os riscos de passivo tributário que a situação pode vir a ocasionar, diante do cenário de incerteza que permeia o programa, buscando sempre assessoria jurídica e contábil para a tomada de decisões.



37º GEASSEG foi realizado na Bahia

Encontro reuniu executivos dos sindicatos de segurança privada e asseio para discutir temas de relevância para as duas atividades econômicas

A cidade de Salvador-BA recebeu entre os dias 20 e 21 de outubro a 37ª edição do Encontro dos Executivos dos Sindicatos de Empresas de Asseio e Segurança (GEASSEG). O evento foi realizado no hotel Mercure pela Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e pela Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac).

O encontro, que possibilitou aos participantes novos conhecimentos e intercâmbio de ideias e informações que contribuem para fortalecer o setor de serviços, marcou o retorno presencial do GEASSEG após não ter acontecido nos anos de 2020 e 2021 devido à pandemia de Covid-19.

O GEASSEG foi destaque no site do jornal Tribuna da Bahia. A publicação destacou que, “neste ano, a programação é voltada para a profissionalização dos executivos e aborda temas de extrema relevância, como atualidades trabalhistas e tributárias e o fortalecimento e relacionamento dos Sindicatos com as Federações e Confederações patronais”.

Nas redes sociais, o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado da Bahia (Sindesp-BA), um dos anfitriões do evento, ao lado do Sindicato das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental do Estado da Bahia (Seac-BA), comemorou o sucesso do 37º GEASSEG.

“Compartilhamos momentos marcantes com diversos executivos do Brasil, com a abordagem de temas relevantes para os segmentos de segurança privada e serviços. Agradecemos a todos os que estiveram presentes e aos parceiros realizadores”, escreveu o Sindesp-BA.

Sobre o GEASSEG

O GEASSEG reúne executivos dos Sindicatos filiados à Fenavist e à Febrac. Realizado há 15 anos, o GEASSEG já foi palco de grandes debates e da construção de trabalhos importantes para o segmento, a exemplo do modelo de reequilíbrio econômico-financeiro, novas técnicas de arrecadação sindical, manual de normas e procedimentos de rotinas sindicais, estudo sobre a reforma sindical, estudo sobre projeto de lei de terceirização de serviços, entre outros.



Siga nossas redes sociais!



www.linkedin.com/company/65450294/admin/



www.youtube.com/channel/ucsufdzfndl-eo5lu5dad7wa



facebook.com/fenavistseguranca/



twitter: @fenavists



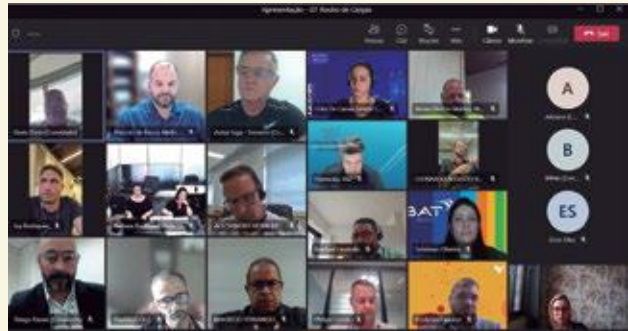
instagram: @fenavist_seguranca

Fenavist participa de Grupo de Trabalho sobre Roubo de Cargas da Fiesp

O presidente da Fenavist, Jeferson Nazário, indicou o vice-presidente para Assuntos de Escolta Armada da entidade, Autair Luga, para integrar o Grupo de Trabalho Roubo de Cargas do Departamento de Defesa e Segurança (DESEG) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

A Fenavist foi convidada pela Fiesp para participar do grupo formado por profissionais com larga experiência para discutir sobre a agenda, com encontros on-line, por videoconferência. O objetivo é mapear as características de roubos e furtos de cargas, por meio de análises qualitativas e quantitativas, considerando toda a cadeia produtiva, para desenvolver ações efetivas no combate a essas violações.

A primeira reunião foi realizada no dia 22 de novembro.



Fenavist participa do XI Seminário Internacional “Diálogos Antirracistas”

No dia 17 de novembro, o vice-presidente da Fenavist, Flávio Sandrini Baptista, e os diretores da entidade José Jacobson Neto, Marco Antonio Lopes e Tatiana Diniz participaram do XI Seminário Internacional “Diálogos Antirracistas”. Os diretores da Federação foram debatedores do painel Segurança Privada: as ações inovadoras do comitê segurança sem preconceito.

O comitê segurança sem preconceito foi criado para o desenvolvimento de tecnologias que auxiliem os gestores e agentes de segurança privada a atuarem em consonância com políticas de equidade racial e observância aos preceitos fundamentais dos Direitos Humanos. Assim os participantes fizeram uma análise das ações conjuntas das entidades de segurança privada parceiras da Universidade Zumbi dos Palmares. O evento organizado pela instituição de ensino, que ocorre entre os dias 17 e 18 de novembro, discute temas ligados ao acesso à educação da população negra, bem como apresenta um panorama das principais ações da Universidade no enfrentamento ao racismo sistêmico no Brasil.

Nesse sentido, a Zumbi convidou personalidades das mais diversas áreas da sociedade civil e de organizações públicas e privadas para pensar sobre práticas antirracistas, em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

Fenavist participa do Conecta 2022

Diretores, colaboradores e consultores da Fenavist participaram do Conecta 2022. O evento, organizado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), ocorreu entre os dias 16 e 18 de novembro, no Rio de Janeiro.

O Conecta 22 reuniu todas as Federações Estaduais e Nacionais, diretores regionais do Sesc e do Senac e colaboradores da CNC, com o objetivo de debater temas relevantes, de forma integrada e sistêmica.

Uma das diversas atividades foi a palestra do ministro do Tribunal de Contas da União, Jorge Oliveira. Ele falou a respeito do TCU e do Sistema S. As discussões sobre o acesso à Justiça e a desjudicialização foram comandadas pelo corregedor nacional de Justiça, o ministro do Supremo Tribunal de Justiça, Luis Felipe Salomão.

Destaquem-se também os hubs temáticos das áreas jurídico-sindical, de comunicação, de relações institucionais e de economia e inovação em que simultaneamente se debateram questões técnicas de cada um dos segmentos.



Diretores da Fenavist participam de Fórum sobre a desoneração da folha de pagamento

No início de setembro, o presidente da Fenavist, Jeferson Nazário, participou do "Fórum: Desoneração da Folha de Pagamento". Ele esteve acompanhado dos diretores da Federação Urubatan Romero, Sandro Moura Silvio Pire, Halano Cunha, Frederico Crim e Jacymar Dalcamini.

O evento, organizado pelo Instituto Unidos Brasil, no Clube Atlético Monte Líbano, na cidade de São Paulo-SP, foi destinado a todos os segmentos do setor empresarial e contou com a participação do ministro da Economia, Paulo Guedes; do empresário Flávio Rocha; do deputado federal Joaquim Passarinho, presidente da Comissão Especial da PEC 07/2020, que trata da Desoneração da Folha de Pagamento; e do presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, deputado federal Marco Bertolli, entre outras autoridades.



Fenavist participa de confraternização do SESVESP

No dia 10 de novembro, o vice-presidente da Fenavist para Assuntos Financeiros, Urubatan Romero, participou do tradicional almoço de final de ano do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (SESVESP).



PRESIDENTE DO SINDESP-PE É HOMENAGEADO PELA ABRASCI



Em uma noite memorável, que marcou a comemoração dos 133 Anos da Proclamação da República, no dia 17 de novembro, o presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Pernambuco (Sindesp-PE), Agostinho Gomes, recebeu a Outorga da Medalha Mérito Empresarial da Academia Brasileira de Ciências, Artes, História e Literatura (ABRASCI). O empresário foi uma das personalidades nordestinas a ser homenageadas.

Foi a primeira vez que a ABRASCI deu posse a novos acadêmicos fora do eixo-Sul-Sudeste.

SINDESP-RJ PROMOVE PALESTRA “ESTRUTURA RACIONAL DE CUSTO PÓS-REFORMA TRABALHISTA”

Convidado pelo Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Rio de Janeiro (Sindesp-RJ) para apresentar a palestra “Estrutura Racional de Custo Pós-Reforma Trabalhista”, o consultor empresarial, Euripedes Abud, esteve na sede do Sindicato, na tarde do dia 18 de outubro, e esclareceu questões valiosas ligadas ao tema, para o público formado pelos profissionais da área.

Antes, porém, o diretor executivo do Sindesp-RJ, Mário Martins Filho, deu as boas-vindas a todos e apresentou o palestrante. Vale ressaltar que essa iniciativa foi mais uma parceria do Inasep com o Sindicato.

Ao final, todos os participantes receberam certificado.



SINDESP-GO É HOMENAGEADO PELO CORPO DE BOMBEIROS



O Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Transporte de Valores e Cursos de Formação do Estado de Goiás (Sindesp-Goiás) e o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação e Terceirização de Mão de Obra do Estado de Goiás (SEAC-Goiás) foram homenageados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás como Amigos do Projeto Proebom Bombeiro Mirim. O programa educacional é um projeto de responsabilidade social do Corpo de Bombeiros de Goiás, que possuiu como foco a valorização dos ideais de cidadania e civismo na formação de crianças e adolescentes. Os sindicatos disponibilizaram seu auditório e instalações para que esse projeto fosse desenvolvido no decorrer de 2022 com muito sucesso.



PRESIDENTE DO SINDESP-AM MARCA PRESENÇA EM CONGRESSO DE SEGURANÇA NA BOLÍVIA

O presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Amazonas (Sindesp-AM), Carlos Anselmo de Sousa, participou do XV Congresso Pan-Americano de Segurança Privada. O evento, realizado em Cochabamba, na Bolívia, reuniu profissionais da Segurança Privada da América Latina e contou com a participação de autoridades governamentais e representantes renomados da Segurança Privada.

SINDESP-PA PARTICIPA CONGRESSO SOBRE GESTÃO DE PESSOAS



O Sindicato das Empresas de Vigilância, Segurança Eletrônica, Cursos de Formação e Segurança Privada dos Estados do Pará e Amapá (Sindesp-PA/AP) esteve presente no XVII Congresso de Gente e Gestão, realizado nos dias 18 e 19 de novembro, no Hotel Princesa Louçã, em Belém-PA. Apoiador do Congresso, o Sindesp-PA foi uma das entidades com estande no evento.

O XVII Congresso de Gente e Gestão foi promovido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos – Seccional Pará (ABRH-PA) e é considerado um dos mais importantes do Norte do País. Ao todo, foram 20 horas de programação, com 11 palestrantes nacionais, oficinas, rodadas de conversas e mais uma feira para a visitação, em 2 dias de eventos.



PRESIDENTE DO SINDESP-SE PARTICIPA DE INAUGURAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE

O presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Sergipe (Sindesp-SE), Sandro Moura, participou, no dia 30 de novembro, da inauguração do Centro Integrado de Saúde - Fernando Carvalho, nova unidade Sesc no estado.

O prédio, inaugurado pelo presidente do Sistema Fecomércio/Sesc/Senac, Marcos Andrade, possui instalações modernas, com mais de 2 mil metros quadrados

de área construída em três pavimentos, com um amplo centro odontológico e academia com estúdio de pilates, salas de spinning e de atividades aeróbicas como jump, step e ginástica localizada e com ritmos.

Os aparelhos da academia são de última geração, proporcionando o que há de melhor para os comerciantes assistidos pelo Sesc para elevação de sua qualidade de vida e manutenção da saúde.

SEMEESP

Endereço: R. Bernadino Fanganiello, 691 Casa Verde Baixa
São Paulo-SP, CEP: 02512-000
Telefone: (11) 2537-8301
E-mail: adm@semeesp.com.br
Presidente: Autair Luga

SESVESP

Endereço: R. Bernadino Fanganiello, 691 Casa Verde Baixa
São Paulo-SP, CEP: 02512-000
Telefone: (11) 3858-7360
E-mail: sesvesp@sesvesp.com.br
Presidente: Flavio Baptista Sandrini

SINDESP/AC

Endereço: AV. Nações Unidas Nº 175 Sala 05 – Bosque – Rio Branco/AC – CEP: 69900-721
E-mail: sindesp2018ac@gmail.com
Presidente: Leslie Castelo de Vasconcelos

SINDESP/AL

Endereço: Rua Dr. Luis Pontes de Miranda nº 36 Ed. Delmiro, Sl 305 - Centro - Pça. Palmares Maceió-AL, CEP: 57020-140
Telefone: (82) 3326-1325
E-mail: sindespal@gmail.com
Presidente: Marcus Vinicius Castro do Nascimento

SINDESP/AM

Endereço: Rua Belo Horizonte 19, sala 717 Adrianópolis - Centro, Manaus-AM, CEP: 69057-060
Telefone: (92) 3613-1213
E-mail: sindespam@sindespam.com.br
Presidente: Carlos Anselmo de Sousa

SINDESP/AP

Endereço: Rua Jovino Dinoá - de 1094/1095 a 2614/2615, nº 1770, Condomínio Marnazul sala 4 - Central, Macapá-AP
Telefone: (96) 2101-3308
E-mail: sindesp-ap@hotmail.com
Presidente: Luis Fernando de Azevedo da Silva

SINDESP/BA

Endereço: Av. Tancredo Neves, nº 274 Bloco "B" Centro Emp. Iguatemi - Sl 421/422 Pituba - Salvador-BA, CEP: 41820-020
Telefone: (71) 3450-0411/0563
E-mail: assistente@sindesp-ba.com.br
Presidente: Paulo Cruz Azevedo

SINDESP/CE

Endereço: Rua Pereira Filgueiras, 2020 Sl 303/304 - Aldeota - Fortaleza-CE, CEP: 60160-150
Telefone: (85) 3244-5599
E-mail: sindesp-ce@fortalnet.com.br
Presidente: Halano Soares Cunha

SINDESP/DF

Endereço: SAAN Quadra 03 Lote 1300 - Brasília-DF, CEP: 70632-300
Telefone: (61) 3233-9922/8338
E-mail: sindesp@sindesp-df.com.br
Presidente: Luis Gustavo Silva Barra

SINDESP/ES

Endereço: Av. Cesar Helal, 323 Bento Ferreira - Vitória-ES, CEP: 29050-657
Telefone: (27) 3325-5025
E-mail: sindespadm@terra.com.br
Presidente: Edimar Barbosa

SINDESP/GO

Endereço: Rua dos Bombeiros nº 128 Qd. 248 Lts 12/14/15
Pq Amazônia - Goiânia-GO, CEP: 74835-210
Telefone: (62) 3218-5946/5174
E-mail: sindespgoias@uol.com.br
Presidente: Ivan Hermano Filho

SINDESP/MA

Endereço: Rua Oswaldo Cruz, 1555 - Sala 708 - 7º Andar - Ed. João Pessoa - São Luís-MA
CEP: 65020-251
Telefone: (98) 3221-4557
E-mail: sindespma@bol.com.br
Presidente: Rafael Alcântara

SINDESP/MG

Endereço: Av. Raja Gabáglia, 2000, Torre 1 - Sala 334 - Estoril - Belo Horizonte-MG, CEP: 30494-170
Telefone: (31) 3327-5300
E-mail: sindesp-mg@sindesp-mg.com.br
Presidente: Edson Pinto Neto

SINDESP/MT

Endereço: R. Desembargador Ferreira Mendes, 233 Ed Master Center Sl 2/3 - Centro Sul - Cuiabá -MT, CEP: 78020-200
Telefone: (65) 3027-6607/3607
E-mail: secretaria@sindesp-mt.com.br
Presidente: Ângelo Roberto Jacomini

SINDESP/PA

Endereço: Rua dos Mundurucus 3.100, sala 2303, Ed Metropolitan Tower - Guamá, Belém-PA, CEP: 66073-000
Telefone: (91) 3246-3436
E-mail: gerencia.sindesp@sindesp-pa.com.br
Presidente: Alberto Mario Alves Fonseca

SINDESP/PB

Endereço: Av. Dom Pedro II, 1269 Sala 802/803 Ed Síntese - Centro João Pessoa-PB, CEP: 58013-000
Telefone: (83) 3241-6466/6489
E-mail: sindesp-pb@hotmail.com
Presidente: Andréa Carla Gomes Pimenteira Thomaz

SINDESP/PE

Endereço: Av. Agamenon Magalhães, 2764, Sala 103 Ed Emp. Ant. Albuquerque Galvão Bairro: Espinheiro - Recife-PE, CEP: 52020-000
Telefone: (81) 3421-4520 e 3423-5032
E-mail: sindesp@sindesp-pe.com.br
Presidente: Agostinho Rocha Gomes

SINDESP/PI

Ed. Manhattan River Center - torre 1, sala 1111, Av. Senador Arêa Leão, 2185, São Cristóvão, Teresina-PI
Telefone: (86) 2106-0924
E-mail: anapaula.alves@grupocetseg.com.br
Presidente: Alípio José Castelo Branco Júnior

SINDESP/PR

Endereço: Rua João Parolin, nº 1416 - Parolin - Curitiba-PR, CEP: 80220-290
Telefone: (41) 3233-6880
E-mail: sindesp@sindesp-pr.org.br
Presidente: Alfredo Vieira Ibiapina Neto

SINDESP/RJ

Endereço: Av. Paulo de Frontin, 383 Rio Comprido - Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20261-240
Telefone: (21) 2293-4354
E-mail: sindesp-rj@sindesp-rj.com.br
Presidente: Frederico Carlos Crim Camara

SINDESP/RN

Endereço: Av. Odilon Gomes de Lima 1727 Sala 06 Prédio Comercial Cond. N. Sra. Da Paz Capim Macio - Natal-RN
CEP: 59078-400
Telefone: (84) 3217-0476
E-mail: sindesprn@hotmail.com
Presidente: Edmilson Pereira de Assis

SINDESP/RO

Endereço: Avenida Amazonas, 9069 - Socialista - Porto Velho-RO
CEP: 76828-870
Telefone: (69) 3226-6269
E-mail: sindespro_sindesp@hotmail.com
Presidente: Francisco Assis B. Fonseca

SINDESP/RS

Endereço: Av. Getúlio Vargas, 1570 Sala 207 - Porto Alegre-RS
CEP: 90150-004
Telefone: (51) 3233-7172
E-mail: sindesprs@sindespr.com.br
Presidente: Silvío Renato Medeiros Pires

SINDESP/SC

Endereço: R. Deodoro, 226 Ed. Marco Pólo 4º Andar - Centro Florianópolis-SC, CEP: 88010-020
Telefone: (48) 3223-1678/1393
E-mail: sindesp@sindesp-sc.org.br
Presidente: Dilmo Wanderley Berger

SINDESP/SE

Endereço: Rua Terezinha da Costa Santos, 347 Jardim Alvorada Aracaju-SE, CEP: 49045-133
Telefone: (79) 3231-5971
E-mail: administracao@sindesp-se.com.br
Presidente: Sandro Ataíde Moura

SINDESP/TO

Endereço: Quadra 204 Sul Alameda 13, Lote 02 (antiga ARSE 21) Palmas-TO, CEP: 77020-476
Telefone: (63) 3214-6593
E-mail: sindespto@uol.com.br
Presidente: Joseph Ribamar Madeira

SINDESV/MS

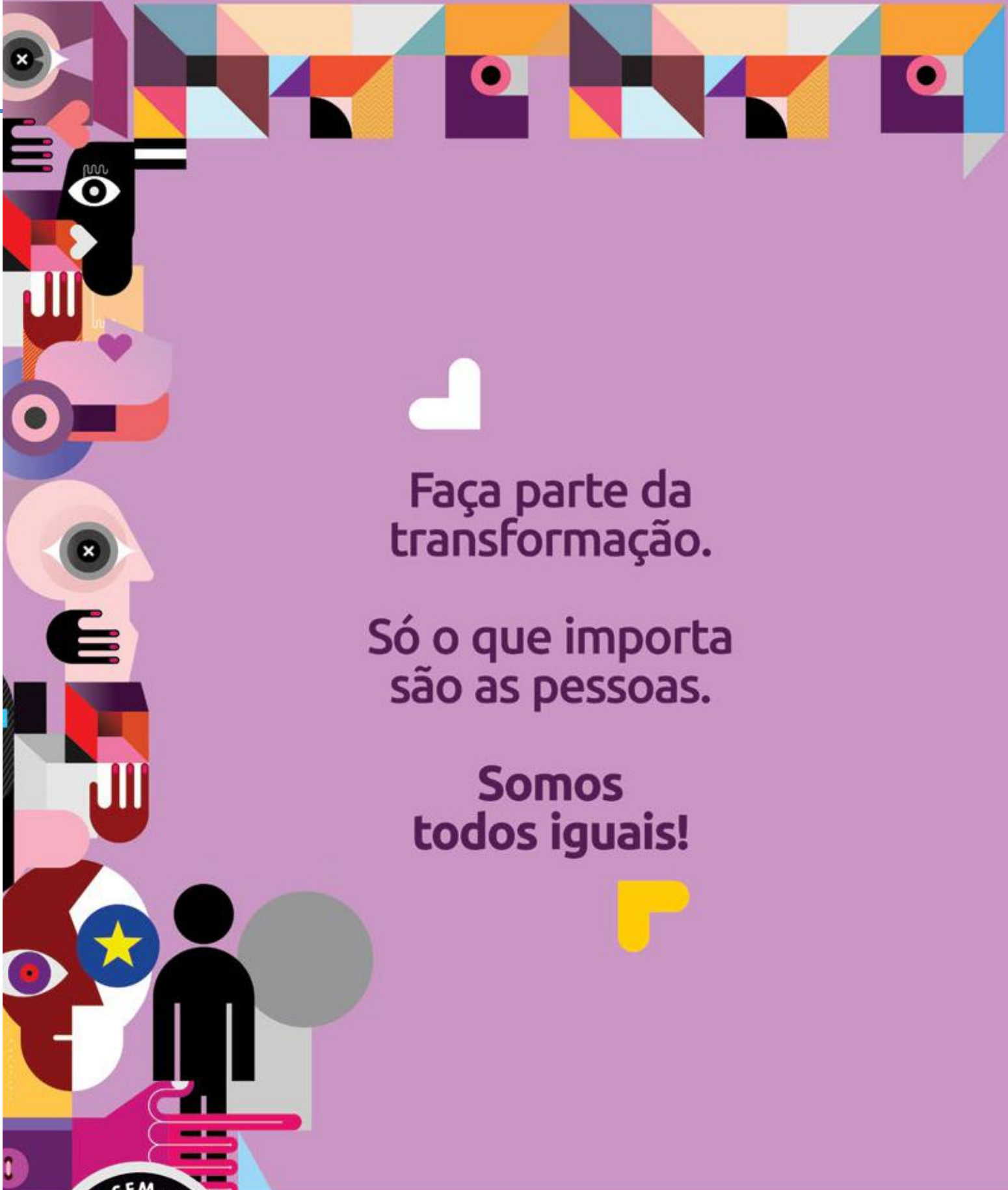
Endereço: Rua Japão 815, Jôquei Club, Campo Grande-MS, CEP: 79.080-450
Telefone: (67) 3222-5422/99245 0307
E-mail: secretariaexecutiva@sindesvms.com.br
Presidente: Amílto José do Pilar

SINESVINO

Endereço: Rua Julio de Castilhos, 651 Sala 109 - Centro Farroupilha-RS, CEP: 95180-000
Telefone: (54) 3268-6555
E-mail: sindicato.sinesvino@gmail.com
Presidente: Gilberto Perera

SINDESP/RR

Endereço: Av. Benjamin Constant, nº 1171 sala 08B - Centro Boa Vista-RR, CEP: 69301-020
Telefone: (95) 3224 8109
Presidente: Alberto Mario Alves Fonseca



Faça parte da
transformação.

Só o que importa
são as pessoas.

Somos
todos iguais!





Trajetória Segura: **Jerfferson Simões**

Jerfferson Simões, é também conhecido como Dr. Jerfferson, ou simplesmente Simões. Figura ímpar e das mais respeitadas na segurança privada, o empresário nasceu em 1952, na cidade de Pitanga-PR. Mudou-se ainda com oito meses de vida para Campo Mourão, também no Paraná, onde passou toda a infância e adolescência.

“Esse período foi muito bom. Fiz o grupo (atual Ensino Fundamental I) e o ginásio (atual Ensino Fundamental II) em Campo Mourão. Adorava jogar bolinha de vidro e pião com a piazada”, conta Simões, que faz questão de destacar que era um bom aluno.

O trabalho duro fez parte da vida do pequeno Jerfferson desde muito cedo. “Meus pais tinham uma padaria, e eu, desde aos 10 anos, já entre-

gava pão. Aos 16 anos, comprei meu primeiro comércio, um bar em um posto de gasolina”, relembra.

Os anos que se seguiram foram marcados por uma trajetória de muito esforço e dedicação. Aos 19 anos, Jerfferson Simões deixou Campo Mourão para cursar a Escola Técnico Agrícola, que equivale ao Ensino Médio. Em 1973, aos 21 anos, após se formar em técnico agrícola, retornou a Campo Mourão.

“Em 1974, comprei a panificadora do meu pai com meu irmão de criação, Braz Gonçalves, que até hoje está comigo. Ao mesmo tempo passei no vestibular em Maringá para o curso de Economia. Em 1975, comprei outro estabelecimento comercial. Nesses comércios, trabalhava 12 horas por dia, e ia para Maringá fazer a faculdade. Para facilitar o deslocamento, reunimos 11 amigos e compramos uma Kombi zero quilômetro. Nós mesmos íamos dirigindo para Maringá”, recorda com um ar de felicidade.

Aos 25 anos, iniciou a trajetória na segurança privada. Na época, nem ele imaginava que se tornaria uma referência na atividade. “Meu irmão, José Antônio Simões, trabalhava no escritório da Guarda Urbana do Paraná, em Campo Mourão. Depois, foi transferido para Maringá. No início de 1977, essa empresa acabou falindo. Meu irmão conseguiu a regional de Maringá para ele continuar trabalhando com uma condição: assumir os 280 funcionários. Ele me convidou. Apesar de estar bem em Campo Mourão, resolvi assumir esse desafio com meu irmão José Antônio e deixei o Braz em Campo Mourão com os outros negócios. Assim, fundamos a Sentinela Serviços de Vigias e Guardiões. Em 1983, com a nova Lei da segurança privada, a empresa passou a se chamar Sentinela Vigilância Ltda.”

Desde então, segurança privada e Jerfferson Simões são sinônimos. Relação parecida o empresário tem com a atividade sindical. O início na jornada de defender os interesses do segmento, no entanto, não foi premeditado. “Comecei no sindicalismo por um acaso. Em 1989, me mudei para Curitiba, quando transferimos nossa matriz

“

Nesses comércios, trabalhava 12 horas por dia, e ia para Maringá fazer a faculdade. Para facilitar o deslocamento, reunimos 11 amigos e compramos uma Kombi zero quilômetro. Nós mesmos íamos dirigindo para Maringá

”

para a capital e passei a participar do Sindicato pela minha empresa.”

Seis anos depois, em 1995, veio a primeira experiência à frente de uma entidade sindical. “A pedido dos empresários, fui eleito presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná (Sindesp-PR), cargo que exerci até 2005. Ao mesmo tempo, comecei a participar da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), à época comandada pelo meu grande amigo Lélvio Vieira Carneiro.”

Em 2000, Simões foi eleito presidente da Fenavist, cargo que exerceu com mestria por uma década. Apesar de ainda ser jovem, a Federação estava constituída, estruturada e já era referência em segurança privada. Ao longo de uma década, o empresário paranaense atuou para consolidar de vez a entidade no cenário nacional e expandir a atuação da entidade além das fronteiras do Brasil.

No caminho para a consolidação, Simões estabeleceu em definitivo uma relação de parceria com a Polícia Federal, além de fortalecer e desenvolver o conceito de complementaridade entre a segurança pública e privada. A gestão também se destacou por uma outra grande característica, o poder de articulação do empresário.



Em uma década que permaneceu na presidência, Jefferson Simões, além de reafirmar a entidade como a principal representante da segurança privada no Brasil, também buscou a internacionalização da Fenavist. A entidade passou a integrar, ainda, as diretorias da Federação Mundial de Segurança Privada e da Federação Pan-Americana de Segurança Privada. O paranaense foi um dos seus idealizadores, é membro fundador e o primeiro presidente eleito de ambas. Desde 2007, ele é presidente da Federação Mundial.

“O sindicalismo é muito importante para proteger um segmento econômico. O presidente e diretores trabalham para evitar e minimizar os impactos de leis e regramentos que possam prejudicar um segmento econômico”, explica.

Bastam cinco minutos de conversa para termos certeza da paixão de Simões pela segurança privada e pela atividade sindical.

“A segurança privada tem uma importância fundamental tanto econômica como social. Hoje, temos cerca de 600 mil trabalhadores diretos, recolhemos impostos e damos estabilidade aos nossos funcionários. Na parte Social, damos uma profissão muito importante aos nossos colaboradores e estabilidade social a eles e a suas famílias. Oferecemos segurança à população, somos parceiros da segurança pública”, afirma.

Sobre o futuro, o empresário aponta a participação da Polícia Federal e a conscientização dos empresários como pontos decisivos. “Temos um futuro aberto. A PF tem um papel muito importante como órgão que autoriza e fiscaliza nosso setor. Quando os próprios empresários se conscientizarem da importância da segurança privada no Brasil e não praticarem a autofagia, aí, sim, o futuro será brilhante”, argumenta.

Aos 70 anos, Jefferson Simões continua firme e forte na defesa dos seus ideais, mas também tem dedicado mais atenção à maior paixão da vida, a família.

“Minha vida sempre foi cheia de desafios. Hoje, estou mais calmo, mas sempre trabalhando. Minhas filhas já estão preparadas para continuar o legado”, finaliza.

Gestão em Segurança Privada: Do Proprietário ao Vigilante



A sugestão de leitura da Biblioteca de Segurança é o livro **Gestão em Segurança Privada: Do Proprietário ao Vigilante, desenvolvido por Gilberto Barrancos Romero**. O autor Gilberto propõe-se a passar a toda a população de profissionais que exerce várias funções no ramo de segurança privada o que ele adquiriu ao longo dos mais de 45 anos de atuação na área, desde guarda patrimonial, supervisor de área, gerente e analista de treinamento durante esses anos adquiriu conhecimento de como admitir e analisar o perfil de vigilantes, porteiros e recepcionistas que atuam em empresas, condomínios, escolas, faculdades, hospitais etc.

É autor de vários livros sobre o assunto segurança privada e condominial, na intenção de passar sua experiência a todos os profissionais desse ramo, tem o intuito de auxiliar os gestores a iniciar uma nova era em administrar a segurança em todo o Brasil, cuja grande concentração está na cidade de São Paulo. Quer expandir isso para todo profissional, por meio da leitura e informação. Em termos de literatura sobre segurança privada e devido a carência de livros, o País necessita de mais ensinamentos a respeito.

Como nas faculdades de Gestão não se ministra nem se ensina a prática na atuação dos profissionais em segurança, busca passar o conhecimento que chega um pouco próximo disso, haja vista que a prática se adquire na “prática” mesmo, executando e atuando no dia a dia e, como o autor passou por várias etapas desempenhando diversas funções em seus 45 anos de experiência nessa área, aplica nesse conteúdo tudo o que aprendeu na vida de segurança privada, embora, atualmente seja muito fácil para todos conseguir tudo sobre quaisquer informações na internet, principalmente no Google.

O livro auxilia muitos os que não possuem essa tecnologia, outros que não querem se dar ao trabalho, e outros tantos que gostam de possuir as informações em mão e fisicamente para uma consulta rápida e leitura mais condensada. Boa leitura! Acesse www.bibliotecadeseguranca.com.br e tenha acesso a mais de 3.200 títulos já publicados.



MARESTELA LOSS

Muito mais que uma empresária

Marestela Loss, 41 anos, é uma das grandes empresárias do Espírito Santo. Administradora e especialista em Controladoria e Finanças, iniciou na segurança privada em 2002, como funcionária. Dez anos depois, em 2012, se tornou sócia da SEI Vigilância e Segurança Ltda.

Ela conta que não conhecia o segmento quando passou a atuar na atividade há duas décadas. “Foi a oportunidade que surgiu naquele momento, pois ainda era muito jovem e não conhecia o segmento.”

Com o tempo, a empresária não se tornou apenas um expoente entre os empresários da segurança privada do Espírito Santo, Marestela também passou a atuar na atividade sindical. “Iniciei minha participação em 2013, principalmente nas comissões de negociações com os sindicatos laborais”, conta.

Com cargos na diretoria do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Espírito Santo (Sindesp-ES) e do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado do Espírito Santo (SEAC-ES), Marestela assumiu, este ano, a vice-presidência Adjunta para Assuntos de Cursos de Formação da Fenavist na diretoria que comandará a entidade até 2026.

“É estrategicamente importante participar das tomadas de decisão do nosso segmento e relevante para a definição do posicionamento da nossa empresa, diante do negócio, pois podemos trabalhar com as informações, seja de concorrentes, seja de sindicatos laborais, que norteiam muitas ações. A troca de experiências pode nos trazer facilidades para a solução de situações do dia a dia da nossa empresa. Portanto, é positivo o resultado da participação atuante nos sindicatos”, explica.

A empresária ainda considera o momento atual da segurança privada extremamente sensível. Segundo ela, “de grande relevância para a sobrevivência das empresas que cumprem com todas as obrigações legais”.

Ao responder sobre o futuro da segurança privada, Marestela é enfática.

“Analiso que poucas empresas conseguirão se manter no mercado, dado o alto custo do serviço e a concorrência desleal, porém temporária. Muitas empresas abrem e fecham as portas em um curto espaço de tempo, mas, nesse período, prejudicam a concorrência saudável. Seria de extrema relevância para o futuro do segmento que a fiscalização dos órgãos reguladores fosse de fato atuante.”



REINALDO SILVA BITENCOURT

30 anos dedicados à Segurança Privada

Formado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas, natural do Rio de Janeiro, com experiência profissional em passagens pelos setores Bancário, de Energia Elétrica, de Telecomunicações, chegou a Salvador na década de 1980, para trabalhar no polo petroquímico, compondo a equipe da Cia. Vale do Rio Doce, no primeiro projeto de produção de cobre nacional. Depois, esteve na Rhodia Bahia, no segmento químico-têxtil, sempre atuando nas áreas de Custo de Produção e Orçamento.

Em 1991, quando a Rhodia fechou sua fábrica no polo petroquímico, teve o primeiro contato com a segurança privada na empresa Transguarda Bahia Segurança e Transporte de Valores, contratado para gerenciar a área comercial, desenvolvendo as atividades de gestão de contratos, formação de preços e custos dos serviços, licitações públicas, negociações com contratantes e prospecção de mercado.

“Com muito orgulho, participei do primeiro grupo de trabalho coordenado pela Fenavist, para elaboração dos custos básicos do setor de segurança privada e estudo de encargos sociais para cada estado da federação, como representante do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado da Bahia (Sindesp-BA), no qual ocupava o cargo de diretor técnico”, conta.

Na ocasião, as empresas e os sindicatos tinham grandes dificuldades no diálogo com o poder público quanto à aplicação dos custos dos serviços de segurança e vigilância nos editais de licitações que, via de regra, não contemplavam de forma correta as bases contidas nas Convenções Coletivas de Trabalho dos estados. O grupo de trabalho criado pela Fenavist elaborou planilhas de composição de custos para todas as escalas de serviços praticadas no nosso setor para cada estado, negociando diretamente com a equipe do Ministério

de Administração e Reforma do Estado (MARE), à época, obtendo resultados positivos.

“Ocupando o cargo de diretor superintendente no Sindesp-BA, há quase quatro anos, tenho percebido uma mudança significativa das empresas do segmento que, a cada dia, vêm investindo na qualificação de seus serviços pela capacitação de seus quadros funcionais, implantação de sistemas de gerenciamento e tecnologia, entregando os seus produtos com melhor qualidade, atendendo à evolução do mercado e garantindo a satisfação de seus clientes. Por parte do Sindesp-BA, a representação institucional e as várias ações mantidas com os órgãos públicos de contratação de serviços, relativas à aplicação das CCT’s em nosso estado, vêm contribuindo de forma positiva na gestão dos contratos de segurança privada”, afirma.

Reinaldo Bitencourt destaca ainda a importância do trabalho desenvolvido entre o Sindesp-BA e os Sindicatos Laborais, com reuniões periódicas que visam sanar problemas das empresas no cumprimento das cláusulas vigentes na Convenção Coletiva de Trabalho, evitando, dessa forma, a interposição de ações judiciais, melhorando a relação de confiança mútua, facilitando o processo de negociação coletiva nas CCT’s.

“Como perspectivas de curto prazo para o nosso segmento, apostamos no novo congresso eleito para aprovação do Estatuto da Segurança Privada, que disciplinará itens importantes, como a contratação de jovem aprendiz e PCD’s, a abertura de novas frentes de trabalho em função da parceria da segurança pública e privada e a retomada de postos de serviços perdidos ao longo dos últimos anos, preservando um segmento empresarial expressivo na geração de emprego e na arrecadação de impostos e contribuições para o desenvolvimento do País”, finaliza.



Fique ligado na nossa **Agenda**

JANEIRO

- **DIA 11 - Tarde**

Reunião de Diretoria da Fenavist (Gestão 2022-2026), Hotel Wish, Salvador-BA

- **DIA 12**

Evento Sindesp-BA (Lavagem do Senhor do Bonfim), Salvador-BA

MARÇO

- **DIA 7 - Manhã/tarde**

38º GEASSEG, Brasília-DF

- **DIA 8**

38º GEASSEG, Brasília-DF (manhã/tarde)

Reunião de Diretoria da Fenavist (Gestão 2022-2026), Brasília-DF (manhã)

Festa de 40 anos da Febrac, Brasília-DF (noite)

- **DIAS 28 A 31**

Missão Empresarial - ISC WEST - Las Vegas, Estados Unidos

MAIO

- **DIAS 17 A 20**

ENESP Região Nordeste, Aracaju-SE

- **DIA 19 - Manhã**

Reunião de Diretoria da Fenavist (Gestão 2022-2026), Aracaju-SE

JUNHO

- **DIA 13 - Manhã**

Assembleia Geral Ordinária da Gestão 2022-2026

SETEMBRO

- **DIA 12 - Manhã**

Reunião da Diretoria Executiva da Fenavist (Gestão 2022-2026)

OUTUBRO

- **DIA 19 - Manhã**

Reunião da Diretoria da Fenavist (Gestão 2022-2026) e Assembleia Geral Extraordinária, Blumenau-SC

NOVEMBRO

- **DIA 28 - Manhã**

Assembleia Geral Ordinária e Reunião da Diretoria Executiva da Fenavist (Gestão 2022-2026)

Confraternização de Final de ano da Fenavist

Anuncie aqui!



**SUA
EMPRESA
COM
DESTAQUE**



CURSOS PARA CAPACITAÇÃO NO SETOR DA SEGURANÇA PRIVADA



Curso **Gesp**

Tem como objetivo fomentar o aperfeiçoamento do conhecimento das empresas do setor de segurança privada em relação ao Sistema GESP, e dessa forma, diminuir o índice de punições sofridas, que implicam desde advertências, multas, até mesmo a perda da licença de funcionamento da empresa.

O **Inasep** tem como um dos seus pilares promover o desenvolvimento educacional do setor da segurança privada e nesse sentido vem buscando parcerias para ofertar cursos, com valores mais acessíveis, para todo o setor.

Divulgue essa oportunidade.

INFORMAÇÕES:

61 3327-5440

INSCRIÇÕES: negocios@inasep.org.br



Valores diferenciados para o setor!

R E M E T E N T E



Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist)

SBS Quadra 2 Lote 15 Bloco E, - Ed. Prime, 1601 e 1602

CEP: 70070-120 - Brasília-DF